

11 P 74  
AP-79  
2004

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
Faculdade de Letras e Ciências Sociais  
Departamento de Ciências Políticas e  
Administração Pública

7150 ANNEZ

IMPACTO SOCIO-ECONOMICO  
DA CULTURA DO ALGODÃO:  
O CASO DO DISTRITO DE MONAPO  
PROVINCIA DE NAMPULA (1986-2003)

TRABALHO DE FIM DO CURSO

SUPERVISOR: Dr. João Mangochana  
ESTUDANTE: Felisberto Baptista Ventitia

Maputo, Outubro de 2004

V. J. A.  
Mangachaia  
14/2/05



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Trabalho de Fim do Curso

**Tema: Impacto Socio-Económico da Cultura do  
Algodão: o Caso do Distrito de Monapo  
Província de Nampula (1986 – 2003)**

(Dissertação apresentada em cumprimento dos requisitos parciais exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Administração Pública)

**Supervisor:** Dr. João Mangachaia

**Estudante:** Felisberto João Baptista Vantitia

Maputo, Outubro de 2004

U.E.M. - UFICS	
R. E.	4473
DATA	14/04/05
AQUISICÃO	Oferta
COTA	

## Declaração

Eu, **Felisberto João Baptista Vantitia**, declaro que este trabalho de fim de curso nunca foi apresentado na sua essência para a obtenção de qualquer grau académico e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas, no texto e na bibliografia, as fontes que consultei

Felisberto Vantitia

(*Felisberto João Baptista Vantitia*)

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho a meus Pais  
e à memória de meus irmãos Celvina e Cláudio.

## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus pais e irmãos que em mim sempre confiaram e incentivaram em todos os momentos. Obrigado por todo o apoio que me foi por eles prestado. O percurso foi longo e difícil, mas vencemos. Sem eles nada teria feito.

Expresso os meus agradecimentos ao Dr. João Mangachaia, supervisor deste trabalho, pelos sábios comentários, argumentos, e sugestões que foram determinantes para a materialização do estudo; aos Missionários da Consolata, particularmente aos Padres Gordoba e António Rusconi; aos Missionários Combonianos, de modo especial ao Irmão Alfredo, pelo apoio material, sobretudo moral, e pela confiança que em mim depositaram durante os anos da minha formação.

Agradeço aos meus amigos e colegas do Curso especialmente do meu grupo de estudo que muito me encorajaram durante a realização da pesquisa; a Linda que sempre esteve do meu lado; a Aida, pelos debates e reflexões não só durante a realização desta pesquisa como também durante os anos em que durou o curso.

Os meus agradecimentos são também para todos quantos directa e indirectamente contribuíram para a materialização da minha formação e especialmente deste estudo.

A todos, muito obrigado.

## Resumo

Este trabalho analisa a relação entre cultura de algodão e melhoria do padrão de vida dos camponeses produtores desta que é uma das principais culturas de exportação do país.

Os dados utilizados no presente estudo foram obtidos a partir de um trabalho de campo realizado duante o decurso do primeiro semestre de 2004 no distrito de Monapo, um dos maiores produtores da cultura do algodão da província de Nampula.

Os resultados da pesquisa revelam que a cultura do algodão no distrito de Monapo é promovida por três empresas que possuem o título de concessionárias; que o distrito de Monapo possui óptimas condições para a prática da agricultura o que contribui para que seja um dos maiores produtores da cultura do algodão. Porém, contrastando com as condições pedológicas favoráveis a prática da agricultura, a população do distrito de Monapo confronta-se com o problema da fome e esta, a fome, assola de forma significativa os postos administrativos que melhores solos possuem para a prática da agricultura.

Por outro lado as empresas concessionárias que se dedicam ao fomento do algodão no distrito desligaram-se da produção desta cultura, colocando no desemprego todos os camponeses que trabalhavam nas machambas destas. A pesquisa revelou haver também falta de clareza nos critérios usados para a definição dos preços ao produtor, ausência de fiscalização das actividades das concessionárias pelos respectivos órgãos governamentais assim como não envolvimento das empresas concessionárias em programas de índole social.

## Índice

Abreviaturas -----	01
Glossário -----	02
Capítulo I -----	04
Introdução, Objectivos e Contextualização -----	04
1. Introdução -----	04
2. Objectivos da pesquisa-----	06
3. Contextualização -----	07
3.1 A Cultura do Algodão no período colonial (1930 – 1973) -----	07
3.2 Impacto da Cultura do algodão no período colonial (1930 – 1973) -----	10
3.3 A cultura do algodão após a independência (1975 – 1980) -----	11
3.4 Impacto da cultura do algodão após a independência (1975 – 1980) -----	13
4. Estrutura -----	15
Capítulo II -----	16
Revisão Bibliográfica -----	16
1. Modelo teórico base -----	16
2. Experiência da Costa do Marfim na Produção do Algodão (1969 – 1980) -----	21
3. Impacto da política algodoeira na Costa do Marfim (1969 – 1980) -----	22
Capítulo III -----	26
Questão de partida e hipótese -----	26
1. Questão de partida -----	26
2. Hipótese -----	26
Capítulo IV -----	26
Metodologia -----	29
1. Revisão bibliográfica -----	29
1.2 Instrumentos para a colecta de dados -----	29
1.2.1 Entrevistas semi-directivas -----	29
1.2.2 Observação directa -----	29
1.3 Método de Análise de dados -----	31
1.4 Tipo de análise -----	31
1.5 Dimensões usadas para a análise -----	31
Capítulo V -----	31
Resultados da pesquisa -----	33
1. Estado e a cultura do algodão -----	33
2. concessionárias e a cultura do algodão -----	33
3. Camponeses, algodão e culturas alimentares -----	34
4. Camponeses e o preço do algodão -----	34
5. Camponeses e a posse de terra -----	36
Capítulo VI -----	36
Análise de dados -----	37

1. Papel do estado na produção e comercialização do algodão -----	37
2. Papel do sector privado na produção e comercialização do algodão -----	37
3. Camponeses, algodão e a produção de culturas alimentares -----	39
4. Camponeses, governo, concessionárias e a política do preço mínimo -----	43
5. Camponeses e posse da terra -----	46
6. Teste da Hipótese -----	50
Capítulo VII -----	53
Conclusão e Recomendações -----	56
1. Conclusão -----	56
2. Recomendações -----	56
Bibliografia -----	59
Anexos -----	60
Anexo I – Guião de perguntas feitas aos camponeses (versão em língua macua) -----	63
Anexo II - Guião de perguntas feitas aos camponeses (versão em língua portuguesa) -----	64
Anexo III – Guião de perguntas a agentes governamentais -----	65
Anexo IV – Lista dos entrevistados -----	66
Anexo V – Perfil do Distrito de Monapo -----	68
Anexo VI – Aspectos gerais da cultura do algodão -----	71
Anexo VII – Fases históricas da cultura do algodão em Moçambique -----	74



### **Abreviaturas**

**CAM** – Companhia dos Algodões de Moçambique

**CEA** – Centro de Estudos Africanos.

**DPAN** – Direcção Provincial da Agricultura de Nampula (Actual Direcção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Nampula).

**EDA** – Estratégia para o Desenvolvimento do Algodão.

**IAM** – Instituto do Algodão de Moçambique

**JEAC** – Junta de Exportação do Algodão Colonial

**JFS** – João Ferreira dos Santos

**MAP** – Ministério da Agricultura e Pescas

**PAEI** – Política Agrária e Estratégia de Sua Implementação.

**PEDEC** – Plano Especial de desenvolvimento de Cooperativas.

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PPI** – Plano prospectivo Indicativo

**PRA** – Programa para o Relançamento do Algodão

**PRE** – Programa de Reabilitação Económica

## Glossário

**Adubos** – substâncias de origem química, biológica ou vegetal usadas na agricultura como fertilizantes.

**Camponeses** – são produtores agrícolas que não dispoem de poupança para efectuar investimentos na agricultura, possuem a terra como seu recurso principal de sobrevivência (Negrão, 2001).

**Estratégia** – plano geral ou curso de acção utilizado para cumprir propósitos e objectivos, decisões e políticas no que concerne à utilização geral dos recursos (Robert Orr (2001). *Liderança que realiza*. 5ª edição).

**Fertilizantes** – produtos de origem química, biológica ou vegetal usados na agricultura com vista a fornecer as culturas os componentes essenciais ao normal desenvolvimento das plantas.

**Fomento do algodão** – incentivo de produção do algodão.

**Fungicidas** – tipo de pesticidas geralmente usados para proteges as sementes do ataque de fungos ou outros agentes nocivos.

**Indígena** – pessoa nativa e residente de um determinado país ou região.

**Insecticidas** – são uma variedade de pesticidas geralmente usados na agricultura para o combate a insectos.

**Pesticidas** – substâncias ou mistura de substâncias (de natureza química ou biológica) usadas para o controlo de agentes causadores de doenças ou pragas prejudiciais a

agricultura, pecuária e seus produtos (Segeres, P, et all “Pragas, doenças e ervas daninhas nas culturas alimentares em Moçambique. Ministério da Agricultura/Instituto de Investigação Agronómica).

**Política Pública** – curso de acção (ou inacção) enunciados em objectivos ou metas deliberadamente escolhidos e orientados para a provisão de um determinado serviço público (Viana Monteiro).

**Receitas de Exportação** – recursos obtidos da exportação de bens durante um determinado período financeiro mediante o qual um ente público pode satisfazer as suas despesas públicas que estão ao seu encargo (adaptado do conceito de receitas públicas de José J. T. Ribeiro (1995). *Lições de Finanças Públicas*. Editora limitada. 5ª Ed. Coimbra).

**Rotação de culturas** – modo de produção que consiste na sucessão alternada de três ou mais culturas no mesmo campo de cultivo e que contribui tanto para a preservação da fertilidade do solo como para o combate a pragas.

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO OBJECTIVOS E CONTEXTUALIZAÇÃO

#### 1. Introdução

Este trabalho analisa o impacto sócio-económico da estratégia de desenvolvimento do algodão no que concerne à capacidade de o fomento desta cultura contribuir para melhoria do padrão de vida dos camponeses.

Após a assinatura dos acordos de Lusaka em 1974, a Frelimo procurou desenvolver novos conceitos para a sua estratégia de desenvolvimento, projectando políticas para acabar com a "burguesia nacional". A estratégia de desenvolvimento então proposta advogava, essencialmente a (i) nacionalização da terra e de todos os serviços públicos e (ii) a criação de novas estruturas para assegurar a participação dos trabalhadores na gestão de empresas (Valá, 1988:38). Esta estratégia foi oficialmente adoptada pelo III congresso da Frelimo em Fevereiro de 1977 e era corporizada, na sua essência, pelo Plano Prospectivo Indicativo (PPI) o qual preconizava erradicar a pobreza em Moçambique em 10 anos (Castel-Branco, 1994).

De 1977 a 1981 o país conheceu um período de aparente crescimento económico a um ritmo de 5% por ano pois, em termos reais, a produção rendia menos em relação aos investimentos efectuados "de tal forma que se tinha institucionalizado no processo de planificação o conceito de 'perdas planificadas'" e foi durante este período de aparente crescimento que o endividamento do país começou (Zucula, 1999:1).

Em 1986 o governo começou a delinear um Programa de Reabilitação Económica, tendo em vista reverter a derrapagem da economia nacional e restaurar o nível de endividamento e de consumo a "par e passo com a redução dos desequilíbrios financeiros internos e reforço das reservas" (*idem*).

O PRE foi aprovado pela então Assembleia Popular em janeiro de 1987, nos moldes do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial e começou a ser implementado no mesmo ano, num contexto de grandes adversidades, pois o país encontrava-se mergulhado numa guerra civil que já durava a cerca de 15 anos (Castel-Branco, 1994; Valá, 1998; Macuane, 2001).

No contexto global da economia nacional a agricultura ocupa um lugar de destaque na medida em que contribui com cerca de 45% do Produto Interno Bruto (PIB), emprega 80% da população activa e contribui com cerca de 80% para a receita de exportação<sup>1</sup> (MAP, 1992:2) e o algodão é um dos principais produtos de exportação. Em termos gerais a agricultura em Moçambique é praticada por dois sectores: (1) sector Comercial e (2) sector familiar. O sector comercial é constituído maioritariamente por empresas privadas e empresas mistas e a produção deste sector destina-se ao abastecimento do mercado externo (MAP, 1995:2).

A importância económica do algodão resulta do facto de ser um produto de exportação e de aprovisionamento de matéria prima para a indústria de têxteis, de óleo alimentar e sabões (IAM, 1994). Em termos quantitativos o pico mais alto da produção de algodão em Moçambique foi de 144 (cento e quarenta e quatro) mil toneladas de algodão caroço na campanha de 1973 e a produção mais baixa foi alcançada na campanha de 1985 na qual foram produzidas um pouco mais de 5 mil toneladas de algodão caroço (IAM, 1994).

O governo de Moçambique está a implementar um programa designado Programa de Relançamento do Algodão (PRA) e em conformidade com dados do IAM, a produção do algodão tende a aumentar tomando em conta que após anos de sucessivas quedas da produção do algodão, na campanha de 2002 foram produzidas 85 (oitenta e cinco) mil

---

<sup>1</sup> Receitas de exportação são recursos obtidos da exportação de bens durante um determinado período financeiro mediante o qual um ente público pode satisfazer as despesas públicas que estão ao seu encargo

toneladas de algodão caroço (ou seja 80%<sup>2</sup> do total do algodão produzido na campanha agrícola de 1973), sendo 75% desta produção proveniente do sector familiar.

O estudo surge em cumprimento dos requisitos parciais exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em Administração Pública na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane e enquadra-se no âmbito de avaliação de políticas públicas.

## **2. Objectivos da Pesquisa**

O estudo tem os seguintes objectivos:

**2.1 Objectivo Geral:** analisar o impacto sócio-económico da cultura de algodão em Monapo.

**2.2 Objectivo Específico:** o estudo pretende analisar a relação entre a cultura de algodão e a melhoria do padrão de vida dos camponeses produtores do algodão no distrito de Monapo.

---

<sup>2</sup> Esta percentagem foi obtida a partir dos dados avançados pelo IAM e que constam no mapa 1 em anexo.

### 3. Contextualização

Nesta secção descreve-se, em linhas gerais, primeiro a produção e impacto da cultura de algodão em Moçambique entre 1930 e 1973/4; segundo a produção e impacto da cultura do algodão em Moçambique, entre 1974/5 e 1980/5. O objectivo central nesta secção é mostrar como era produzido o algodão primeiro no tempo colonial e de seguida nos primeiros anos de Moçambique independente e em que medida a produção do algodão nos dois momentos contribuiu para a melhoria do padrão de vida dos camponeses produtores desta cultura.

#### 3.1 A cultura de algodão no período colonial (1930 – 1974)

O interesse de Portugal em transformar Moçambique no maior produtor de algodão de todos os territórios coloniais pode ser situado nos meados do século XVIII. Porém, até a década de 1930, altura em que o poder colonial deu início ao sistema de cultivo forçado, a produção de algodão em Moçambique manteve-se pouco expressiva e objecto de iniciativas individuais<sup>3</sup> de alguns colonos radicados na região a sul do rio save (Isaacman, 1983:144, Fortuna, 1989<sup>a</sup>:107).

Das razões que contribuíram para que a produção do algodão em Moçambique se mantivesse pouco expressiva destacam-se (1) o facto de as necessidades da indústria têxtil portuguesa serem satisfeitas, até então, pelo algodão importado do Brasil, (2) o interesse de Portugal em promover a cultura do algodão no sistema de produção do campesinato africano, e (3) o facto de muitas das iniciativas de produção do algodão terem sido desenvolvidas numa região que funcionava como reserva de mão-de-obra para o capital mineiro e de plantações de cana-de-açúcar da África do Sul (Fortuna, 1989b,

---

<sup>3</sup> O caso mais paradigmático a este respeito e sempre tomado como referência pelo estudiosos da cultura algodoeira em Moçambique é o de Ismael Alves da Costa que que amandonou em 1917 o cargo de Secretário Geral do governo de Inhambane para se dedicar exclusivamente à cultura do algodão.

Isaacman (1995). Esta situação viria a sofrer grandes alterações com o crescimento da indústria têxtil portuguesa, aliado à "necessidade de converter os negros Moçambicanos em trabalhadores produtivos" assim como à necessidade de Portugal deixar de depender do algodão importado do Brasil (Isaacman, 1995:149).

Com efeito, pressionado pelos proprietários da indústrias têxtil o governo de Salazar<sup>4</sup> alterou o antigo método de produção de algodão baseado em prémios financeiros para os produtores de algodão e criou instrumentos administrativos capazes de fomentar, directa e mais eficazmente, a cultura do algodão (História de Moçambique Vol. 2) e começou a adoptar métodos novos e mais eficazes para aumentar a sua produção nos territórios coloniais, particularmente Moçambique (Fortuna, 1989<sup>a</sup>:116).

Inspirando-se no modelo de produção do algodão das colónias belgas, o governo de Salazar revogou a antiga legislação colonial e passou a controlar, a partir de Lisboa, todas as actividades relacionadas com a produção e comercialização do algodão nas colónias especialmente Moçambique e Angola, valendo-se para o efeito de uma legislação específica. Com esta medida, o governo de Salazar tinha em vista garantir a auto-suficiência da indústria têxtil de Portugal em matéria prima a preço baixo, dentro do chamado 'império colonial português.

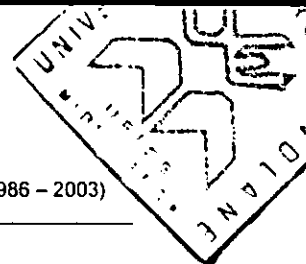
A nova legislação estabelecia que nas zonas algodoeiras a compra, descaroçamento e prensagem do algodão produzido pelos *camponeses*<sup>5</sup> só era permitido às empresas concessionárias ou à cooperativa dos produtores indígenas (Bravo, 1963:105).

---

<sup>4</sup> António Salazar foi designado Ministro das finanças, depois da derrota do governo republicano nas eleições de 1926 que estava a governar Portugal desde 1910. Salazar estabeleceu que as colónias deveriam ser o suporte da burguesia portuguesa e fonte de matéria prima para a indústria têxtil da metrópole, então em franco desenvolvimento.

<sup>5</sup> O termo usado por Bravo não é precisamente camponeses mas indígenas. O termo indígena significa pessoa nativa ou residente de um determinado país e era usado pejorativamente pelas autoridades coloniais quando estas se referiam africanos de raça negra.





É neste contexto que em 1938 cria-se a Junta de Exportação do Algodão Colonial (JEAC) com sede em Lisboa, através da qual o governo português procura estabelecer um maior controlo sobre a actividade das companhias concessionárias que actuavam em Moçambique (História de Moçambique, vol. 3). No caso de Moçambique o governo colonial estabeleceu a região norte como zona algodoeira e distribuiu-a a companhias comerciais com a missão de promover, dentro das suas concessões, algodão no sistema produtivo dos camponeses<sup>6</sup>.

Além de outras obrigações as concessionárias tinham de fomentar a cultura de algodão e outros produtos que permitissem a rotação de culturas, montar campos de multiplicação de sementes, prestar assistência técnica aos camponeses tanto para a cultura de algodão como para as outras culturas incluídas no ciclo rotativo das culturas e montar fábricas indispensáveis que tivessem como matéria prima o algodão e seus derivados (Bravo, op. cit. 106)

De um modo geral, a produção de algodão em Moçambique pelo campesinato dependia da intervenção constante e coerciva do poder colonial. No caso da província de Nampula, a produção forçada do algodão começou por volta de 1930 levada a cabo por duas companhias: João Ferreira dos Santos (JFS) e Companhia dos algodões de Moçambique (CAM). A partir de 1940, as companhias algodoeiras passaram a reunir os camponeses em concentrações algodoeiras. A supervisão constante de todo o processo de produção do algodão pelo agente colonial local garantia, também, a supervisão das restantes culturas incluídas no ciclo de produção do algodão. (CEA, 1980: 6-7)

<sup>6</sup> Isaacman refere que o poder colonial estabeleceu as concessões algodoeiras no norte de moçambique porque (i) até 1930 esta região não tinha sido incorporada no sistema de produção capitalista e por isso (ii) as autoridades coloniais viam esta região como permanecendo improdutiva. Isaacman, op. Cit. 152.

### 3.2 Impacto da cultura do algodão no período colonial (1930 – 1973)

Segundo Bravo (1963), no tempo colonial a cultura do algodão contribuiu, mais que qualquer outra actividade agrícola ou industrial, para o desenvolvimento económico de Moçambique na medida em que foi o principal produto de exportação, tornou possível a instalação de novas indústrias moçambicanas de fiação, tecelagem e de extracção de óleos de algodão além de ter contribuído para a criação de outras indústrias. Em relação ao norte de Moçambique este autor refere que a cultura do algodão foi, de todas as actividades produtivas, industriais ou agrícolas, a que mais impulsionou o progresso económico desta região na medida em que contribuiu para uma sensível melhoria do nível social dos “indígenas através da construção e funcionamento de novas escolas primárias, escolas-capelas assim como para uma maior estabilidade da vida social e familiar”.

Furtado (1989) aponta que antes da segunda guerra mundial o algodão produzido em Moçambique destinava-se ao abastecimento da indústria têxtil que despontava na metrópole tendo contribuído não apenas para que Portugal melhorasse a sua condição periférica como também, embora parcialmente, para a integração de Moçambique no sistema da economia mundo; e que após a segunda guerra mundial a produção de algodão em nada contribuiu tanto para a metrópole (Portugal) como para a colónia (Moçambique) pois atingiu a sua maturidade num período em que o algodão, como cultura de exportação, estava em declínio no mercado internacional.

Isaacman (1995) argumenta que a produção de algodão no tempo colonial em Moçambique contribuiu para o empobrecimento dos camponeses na medida em que estes eram forçados a atender, em primeiro lugar, a machamba de algodão e posteriormente a de culturas alimentares o que fazia com que os camponeses ficassem sem tempo<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Isaacman refere que muitos camponeses cuidavam das culturas alimentares a luz da lua em virtude de não poderem fazê-lo de dia.

suficiente para produzir para a sua subsistência alimentar. Este autor sublinha que a fome em Moçambique começou a registar-se de forma significativa depois que a cultura do algodão foi introduzida no sistema produtivo dos camponeses, mais especificamente quando o algodão passou a ser uma cultura obrigatória.

Tendo em conta o acima exposto depreende-se que a cultura obrigatória do algodão foi introduzida em Moçambique pelo poder colonial e a sua produção visava, fundamentalmente, abastecer em matéria prima a indústria portuguesa, em franco desenvolvimento nos anos de 1930. Para atingir os seus objectivos, o poder colonial recorreu a métodos coercivos para mobilizar os camponeses a produzirem o algodão, e recorreu ainda à prática de preços baixos, fixados centralmente, para assegurar a rentabilidade das companhias algodoeiras as quais estavam sediadas principalmente na zona norte de Moçambique (Isaacman, op. cit. 591). Porém, embora a força e a coerção tenham sido os métodos usados por excelência pela administração colonial para garantir que os camponeses produzissem o algodão, esta cultura contribuiu para a integração parcial de Moçambique no sistema de economia mundo (Furtado, 1989b) assim como para a instalação de algumas unidades industriais (Bravo, op. Cit).

### **3.3. A cultura de algodão após a independência (1975 – 1980)**

Com a abolição da produção forçada de algodão em 1974 uma parte significativa dos camponeses que eram forçados à cultivar algodão nas concentrações algodoeiras regressou para as suas antigas zonas de residência onde, a título individual, uns continuaram com a cultura do algodão em machambas familiares dispersas, outros abandonam definitivamente a cultura algodoeira. Neste mesmo período muitos colonos abandonaram o país receosos das mudanças políticas que se desenhavam com a chegada da Frelimo.

Em resposta à saída brusca dos cidadãos portugueses (cerca de 90% dos cidadãos portugueses que residiam em Moçambique) que até então garantiam, de modo exclusivo, a gestão da economia do país (Zucula, 1992:1) surgiram novas formas de produção e comercialização, em conformidade com a estratégia adoptada para o desenvolvimento do país (CEA, 1980).

O poder político instituído após a independência de Moçambique estabeleceu que o sector estatal era determinante e a organização dos camponeses em aldeias comunais e cooperativas agrícolas era a condição necessária para a socialização da agricultura, pois a produção colectiva permitiria ao camponês moçambicano não só passar a usar métodos mais avançados de trabalho, como também facilitaria a mecanização da agricultura e a constituição das primeiras formas de industrialização no campo (FRELIMO, 1977:118).

É neste contexto que na província de Nampula e no âmbito da produção de algodão uma parte das antigas machambas dos colonos são transformadas em machambas estatais e outra parte em cooperativas agrícolas (CEA, 1980). Os objectivos do novo governo eram (i) transformar a cultura do algodão, de uma cultura colonial baseada na coerção, em uma cultura virada para o desenvolvimento dos camponeses; (ii) garantir matéria prima à indústria têxtil e (iii) garantir a estabilidade da balança de pagamentos (FRELIMO, 1977:126).

No caso de Nampula foi criado, nesta província, um programa virado para o desenvolvimento das cooperativas agrícolas denominado Plano Especial de Desenvolvimento de Cooperativas (PEDEC) administrado directamente pela Direcção Provincial da Agricultura (DPA). O PEDEC tinha por objectivo promover formas de produção colectiva em 19 aldeias piloto, seleccionadas das aldeias de toda a província, garantir apoio técnico (em termos de planificação) e apoio material em termos de provisão de insumos (sementes melhoradas, pesticidas e fertilizantes). Os planos das cooperativas eram elaborados pela DPA, as metas a alcançar eram também fixadas pela

DPA e os cooperativistas eram apenas executores dos planos e metas fixadas centralmente (CEA, 1980; Habermeir, 1980).

Na maior parte das vezes, a semente do algodão era canalizadas aos camponeses fora do calendário vital para a sua sementeira e muitas vezes sem ser tratada com fungicidas<sup>8</sup>. Os atrasos verificavam-se também na compra do algodão. Para o caso do algodão das cooperativas, aos dois problemas indicados acrescentava-se um terceiro problema: atrasos no pagamento do algodão. O sistema de pagamento estabelecido para as cooperativas era diferente do praticado para os produtores individuais. Estes, os produtores individuais, recebiam, no acto da venda, o valor correspondente ao seu algodão. As cooperativas, no entanto, não recebiam de imediato o valor correspondente ao seu produto pois era primeiro levado às fábricas de descaroçamento e só depois é que recebiam o valor correspondente ao seu algodão. Acontecia porém que, muitas vezes, o rendimento de uma determinada campanha só chegava aos cofres das cooperativas no início ou na metade da outra campanha agrícola (CEA, 1980).

### **3.4 Impacto da cultura de algodão nos primeiros anos da independência (1975 – 1980)**

Embora os resultados alcançados pelas cooperativas até 1985 fossem virtualmente elevados, em termos reais eram fracos na medida em que não reflectiam os investimentos feitos sob o ponto de vista dos insumos e meios materiais gastos, mas apenas os preços mais elevados pagos para o algodão das cooperativas (Habermeir, 1980, CEA, 1980).

A produção de algodão no tempo colonial dependia da intervenção constante e coerciva do estado. O sistema de cultivo forçado dependia de uma supervisão constante de todo o processo de produção pelos agentes coloniais. Depois da independência a produção do

---

<sup>8</sup> Fungicidas são um tipo de pesticidas geralmente usados para proteger sementes e/ou plantas do ataque dos fungos.

algodão em Nampula, tanto nas machambas estatais como nas cooperativas, passou a ser planificada pela Direcção Provincial da Agricultura (DPAN). É este organismo que era responsável pelo estabelecimento das metas a serem atingidas nos dois sectores. No caso das cooperativas as metas eram fixadas sem a participação dos membros das cooperativas.

Assim, a crise verificada no sector cooperativo foi devido a rotura do sistema colonial de produção forçada, por um lado; e a intervenção desordenada do estado no processo de organização da produção e comercialização do algodão, por outro lado. Desta forma, embora a partir de 1974 a nova elite política tenha procurado converter a cultura do algodão em uma cultura associada ao desenvolvimento promovendo o seu cultivo em cooperativas e canalizando ao sector cooperativo algum apoio técnico e material, os resultados alcançados com esta cultura foram pouco expressivos e não reflectiam os investimentos feitos, em termos de custos tanto financeiros como em factores de produção (CEA, 1980).

Das causas apontadas pelos autores citados nesta secção são de destacar a (i) centralização do processo de planificação e de fixação das metas a serem cumpridas pelas cooperativas sem o envolvimento dos camponeses; (ii) a falta de experiência na produção cooperativa por parte dos camponeses; (iii) ausência de um programa de capacitação dos camponeses em matérias de planificação das actividades das cooperativas e (iv) o facto de não ter sido tomado em consideração a vontade e disponibilidade de os camponeses produzirem o algodão na medida em que, antes da independência, os *fabulosos* resultados alcançados pelos colonos com a cultura do algodão, foram atingidos mediante uma intensa, coerciva e constante exploração da capacidade produtiva dos camponeses.

Os fracos resultados alcançados tanto nas machambas estatais como nas cooperativas contribuíram para a reestruturação das empresas estatais iniciada em 1986, na mesma altura em que se iniciou com a implementação do PRE. O presente trabalho analisa o

período posterior a reestruturação das empresas estatais e pretende mostrar em que medida a cultura do algodão contribuiu para a melhoria da qualidade de vida dos camponeses.

#### **4. Estrutura**

O possui a seguinte estrutura:

Capítulo I: introdução, objectivos e contextualização.

Capítulo II: enquadramento teórico e revisão bibliográfica.

Capítulo III: questão de partida, hipótese, indicadores (para medir a hipótese e responder a questão de partida) e amostra.

Capítulo IV: metodologia e instrumentos de pesquisa.

Capítulo V: descrição dos resultados da pesquisa.

Capítulo VI: análise dos resultados.

Capítulo VII: Conclusões e recomendações.

## CAPÍTULO II

### REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No capítulo anterior descrevemos a experiência de Moçambique na produção do algodão, tanto no tempo colonial como nos primeiros anos da independência até 1980/5. Neste capítulo, increve-se a pesquisa num quadro teórico de referência, e depois descreve-se a experiência da Costa do Marfim na produção do algodão.

A importância da experiência da Costa do Marfim é relevante para o presente estudo na medida em que mostra, em comparação com o que aconteceu em Moçambique como as autoridades políticas daquele país garantiram o sucesso da estratégia de desenvolvimento da cultura do algodão.

Em termos teóricos o presente estudo aglutina o modelo de análise crítica proposto por Pedone (1986) com o modelo das necessidades básicas fundamentado por L. Doyal e I. Gough (1991).

#### 1. Modelo teórico base

A formulação, implementação e avaliação de políticas públicas é assunto de real e de efectivo interesse para todos os que actuam no campo da Administração Pública, principalmente para os que desempenham funções e/ou cargos de direcção, chefia e assessoramento (Pedone, 1986:7). A ideia de políticas públicas pressupõe a existência de uma esfera que não sendo privada é comum a todos os individuos que corporizam a colectividade pois o espaço “público compreende a dimensão da actividade humana que diz respeito e requiere intervenção e/ou regulação governamental” (*idem*).

Por política pública entendem-se cursos de acção reactivamente estáveis e selectivamente escolhidos de várias alternativas identificadas por oficiais ou agências



governamentais com o propósito de resolver um problema (ou vários problemas) que afecta a colectividade como um todo.<sup>9</sup>

De acordo com Castelo-Branco (1994:613)<sup>10</sup> as Políticas Públicas são os alicerces fundamentais para o desenvolvimento sócio-económico porque visam atingir determinadas metas e objectivos que estabelecem o compromisso entre o poder político e a sociedade como um todo e requerem a construção e reconstrução de condições institucionais, humanas e tecnológicas necessárias ao seu sucesso e sustentabilidade.

Sendo, as políticas públicas, um compromisso entre o poder político (Governo) - na medida em que cabe a este definir os cursos de acção que norteiam as condições para a materialização do bem comum (no que tange aos mecanismos de afectação de recursos, distribuição e redistribuição dos rendimentos pelas famílias, definição e redifinição de mecanismos que permitem a igualdade de oportunidade entre os indivíduos no acesso ao emprego, educação, habitação, saúde, entre outros) - e a sociedade como um todo por outro lado, a visualização da materialização deste compromisso requiere a aplicação de métodos e técnicas de mensuração do grau e/ou nível do alcance das metas preconizadas pelos proponentes das políticas públicas que, neste caso, são as agências governamentais. Este processo de aplicação de instrumentos técnicos-científicos para a mensuração do nível de alcance das políticas públicas designa-se por avaliação.

A avaliação é uma etapa que não apenas precede a implementação das Políticas Públicas na medida em que é uma actividade contínua e presente em todas as fases do processo decisório (Rossi *et all*, 1994). Assim, como actividade funcional, a avaliação das políticas públicas pode acontecer em qualquer uma das etapas do processo decisório embora o propósito fundamental da avaliação das políticas Públicas seja a determinação

---

<sup>9</sup> Sobre o conceito de Políticas Públicas sugere-se a leitura das obras de Pedone, 1986, Anderson, 2000, Rossi *et all*, 1994.

<sup>10</sup> In Mazula: Moçambique, eleições, democracia e desenvolvimento. Maputo, 1994.

do real alcance dos programas governamentais em termos de resolução dos problemas visados pelos mesmos. Este processo (de avaliação) determina a continuidade, modificação ou término de uma determinada política pública.

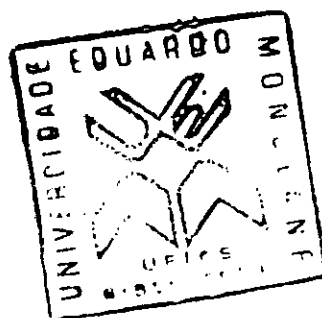
Rossi *et all* (1994:4) lembram que os processos avaliativos das políticas públicas consiste no uso criterioso de métodos procedimentais e de técnicas para a colecta e análise de dados relevantes, de forma sistemática de modo a poder-se identificar os impactos, positivos e/ou negativos, da política em causa.

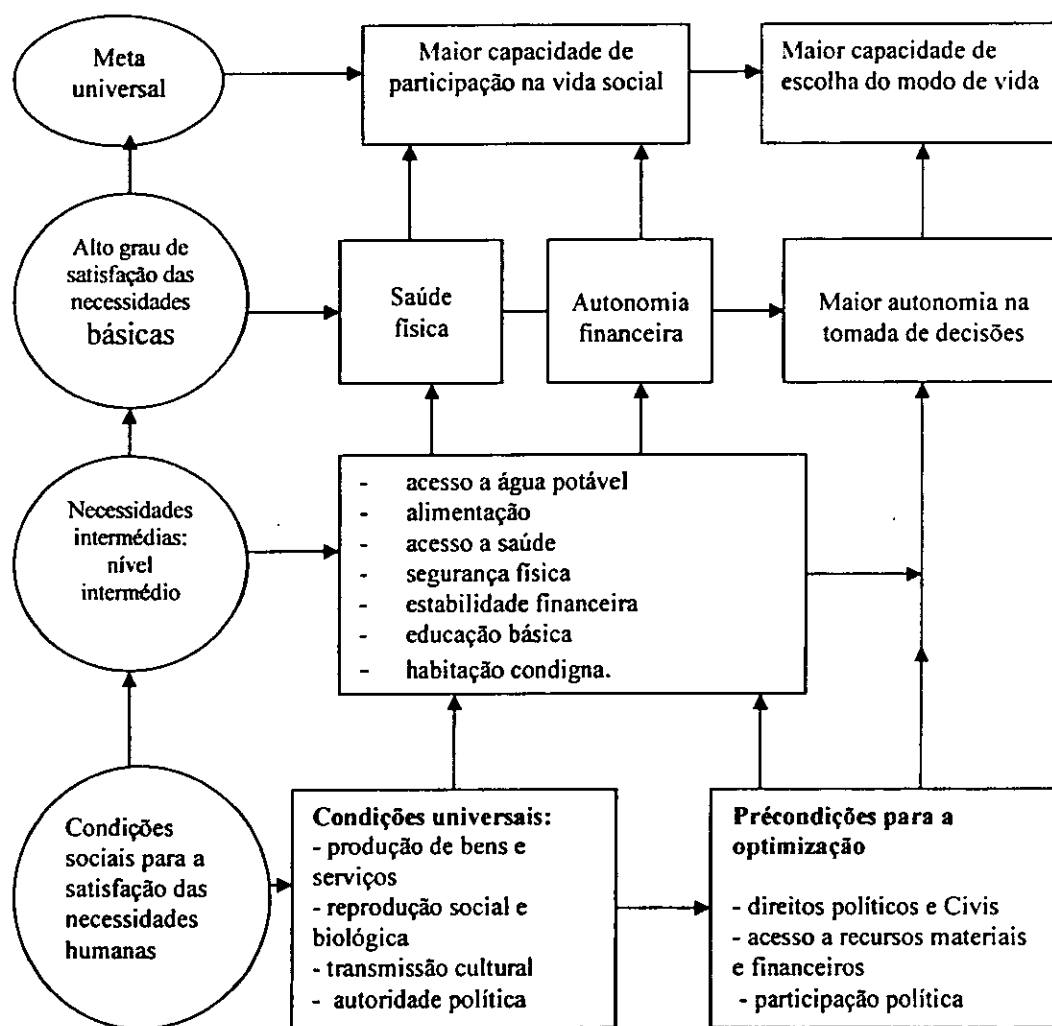
Hartry (citado por Valdez, 1981) considera a avaliação de políticas públicas como um exame sistemático de um programa governamental específico na qual a preocupação central é obter-se informação relevante sobre o alcance do mesmo; Pedone (1986) considera a avaliação de políticas públicas um exame que pode acontecer tanto ao longo da implementação do programa ou da política pública (avaliação progressiva ou monitoramento) ou no fim do mesmo (avaliação somativa) na qual a preocupação central é o de obter-se conhecimento sobre como o programa ou a política desenhada pelas entidades governamentais afectaram a vida da população alvo (em termos positivos e negativos) e propõe, para o estudo dos impactos das políticas públicas, um modelo que denomina por modelo de análise crítica. Este modelo tem a particularidade de fazer o estudo do impacto das políticas públicas na perspectiva do consumidor (público alvo) e focaliza às consequências (positivas e negativas) da política na população alvo.

Se para Pedone o processo de avaliação de Políticas Públicas visa fundamentalmente determinar em que medida as políticas desenhadas pelos governos/entidades governamentais modificaram o *status* do público alvo, Doyal e. Gough (1991) embora não se referindo de forma explícita à avaliação das Políticas Públicas sustentam que para que uma determinada colectividade seja autónoma precisa de (1) assegurar que haja produção de bens em quantidades suficientes de modo a garantir níveis mínimos de sobrevivência e saúde colectiva; (2) assegurar que haja um nível adequado de reprodução

biológica e de socialização das crianças; (3) assegurar que habilidades e valores necessários para a materialização da produção e reprodução sejam transmitidos para toda a população; e (4) garantir que existam instituições que garantam a aderência às normas de convivência social e de transmissão das habilidades.

A abordagem dos quatro pré-requisitos necessários para o desenvolvimento societal é pertinente no contexto de avaliação das Políticas Públicas na medida em que, estas, as Políticas Públicas, são formuladas pelas entidades governamentais tendo-se em vista a satisfação das necessidades colectivas e, em última análise, o desenvolvimento harmonioso das colectividades. O modelo teórico de Doyal e Gough resume-se no seguinte quadro esquemático:





(fig. 1 - Quadro resumo do modelo teórico)

## **2. Experiência da Costa de Marfim na Produção do Algodão (1969 – 1980)**

Apresentado o fundamento teórico da pesquisa, descreve-se, de seguida, a experiência da Costa do Marfim na produção do algodão. A descrição do caso Costa Marfinense no presente estudo é pertinente na medida em que mostra a relevância da intervenção directa das entidades governamentais na implementação das Políticas Públicas.

Segundo Campbell (1998:144), antes da colonização francesa era prática comum os camponeses da África ocidental cultivarem algodão interplantando-o com outras culturas e até 1912 a França, potência colonizadora da Costa do Marfim, deu pouca importância à produção de algodão naquele país porque as necessidades em matéria prima para a sua indústria têxtil eram satisfeitas pelo algodão dos outros territórios coloniais pelo que o principal produto de exportação da Costa do Marfim era a borracha.

A cultura do algodão na Costa do Marfim começou a tornar-se importante por volta de 1912, altura em que o comércio da borracha no mercado internacional começou a entrar em decadência. De facto, foi com a decadência do comércio da borracha no mercado internacional que as autoridades coloniais procuraram promover a borracha como principal produto de exportação da Costa do Marfim tomando medidas que contribuíssem para a o aumento da sua produção (Campbell, 1998; Savignac, 1979; Basset, 1995).

Mas, seria a partir do período de transição para a independência que os camponeses viriam a ser massivamente mobilizados e levados a dedicarem-se à produção intensiva do algodão. Em 1960, a estratégia de desenvolvimento do governo de transição na Costa do Marfim esteve baseada na cultura do algodão tendo como objectivo explícito (1) garantir um nível de renda sólido para os produtores, (2) reduzir as assimetrias regionais em termos de níveis de desenvolvimento entre o norte e o sul, e mais importante (3) garantir matéria prima para a indústria têxtil do país (Campbell, op.cit: 145; Basset, op. cit. 252).

Para a implementação da nova política algodoeira, a *Compagnie Française pour le Développement des Fibres Textils* – CFDFDT teve a responsabilidade de coordenar todos os aspectos técnicos relacionados com a actividade algodoeira. O governo teve o papel de garantir adesão dos camponeses, através de uma mobilização política e ideológica, e assegurou meios técnicos e materiais necessários às empresas algodoeiras. As empresas por sua vez, tiveram o papel de (i) prestar apoio técnico aos camponeses, em termos de técnicas de produção, (ii) fornecer insumos agrícolas em termos de sementes, pesticidas, adubos<sup>11</sup> e fertilizantes, (iii) garantir sacos, armazenamento, transporte e descaroçamento do algodão. O governo, em coordenação com as empresas substituiu a antiga variedade de algodão por uma nova designada por *allen cotton* e estabeleceu que a produção da nova variedade de algodão devia ser feita em regime de monocultura (Savignac, 1979, Campbell, op.cit.).

A introdução da nova variedade de algodão e o estabelecimento da sua monocultura pelo governo não foi acolhida com satisfação pelos camponeses porque, em termos de jornadas de trabalho, a nova variedade era mais exigente em relação à variedade tradicional. Estes dois motivos fizeram com que os camponeses resistissem à prática da cultura do algodão o que fez com que o governo tivesse de recorrer a métodos coercivos reprimindo todos os camponeses que se mostravam relutantes em cultivar a nova variedade do algodão (Savignac, 1979).

## 2.1 Impacto da política algodoeira na costa de Marfim (1969 – 1980)

Introduzida em 1960, em 1980 a nova variedade de algodão era produzida por mais de 90.000 camponeses e garantia rendimentos monetários para mais de 900.000 pessoas em áreas onde, antes da introdução da nova política de algodão, não existiam alternativas em termos de culturas de rendimento (Atemengue, 1996:21).

---

<sup>11</sup> Substâncias de origem química, biológica ou vegetal usadas para fertilizar a terra.

No entanto, apesar dos “fabulosos” resultados alcançados com a introdução da nova variedade de algodão no processo produtivo dos camponeses esta foi responsável por uma considerável redução na produção de culturas para a subsistência familiar; e ainda foi responsável pelo fim da constituição, entre os camponeses, de associações informais de ajuda mútua nos períodos de sacha das machambas; pelo aumento das jornadas de trabalho diário; e os fabulosos resultados alcançados não foram acompanhados por uma evolução dos sistemas de produção dos camponeses em termos de evolução das tecnologias de trabalho (Campbewell, op.cit:150; Savignae, 1979:163).

Nesta perspectiva, os progressos foram alcançados mediante o envolvimento directo do governo o qual não apenas formulou a política do algodão integrando-a com outros sectores de actividades vitais para o desenvolvimento do país sendo de destaque a interconexão entre a cultura do algodão e a indústria têxtil. O governo assegurou a mobilização dos camponeses em volta da produção do algodão e assegurou também apoios financeiros e materiais às empresas algodoeiras. Para além destas medidas, o governo, em coordenação com as empresas algodoeiras investiram na identificação de uma nova variedade de sementes do algodão com um valor de produtividade superior a variedade tradicional no controlo e combate à pragas e estabeleceu uma meta a atingir por cada hectare de machambas de algodão<sup>12</sup>. As empresas algodoeiras tiveram o papel de canalizar os recursos financeiros e materiais, prestar assistência técnica aos camponeses e desempenharam um importante papel no controlo e combate as pragas.

Isto significa que a estratégia de desenvolvimento do algodão definida e implementada na Costa do Marfim foi acompanhada por medidas que garantiam a assistência técnica e material (técnicos de extensão rural, nova variedade de sementes melhoradas de algodão e pesticidas) ao produtor - camponeses; e por medidas administrativas que conferiam a

---

<sup>12</sup> A meta estabelecida foi de 900 quilogramas de semente de algodão por cada hectare de cultivo do algodão. até 1980, a produtividade média por hectare foi superada à planificada e situava-se, em média, em

companhia algodoeira francesa poderes de fiscalizar todas as actividades relacionadas com a produção e comercialização do algodão, cabendo ao governo o dever de garantir a aderência dos produtores e a disponibilização de recursos materiais e financeiros às companhias algodoeiras que, na realidade faziam o fomento do algodão.

Savignac (1979), Campwell (1998) sustentam que quando a elite política decidiu pela introdução da nova variedade do algodão no sistema produtivo dos camponeses estes resistiram e a sua resistência foi quebrada pelo governo, valendo-se este para o efeito de métodos coercivos idênticos aos usados pelas autoridades coloniais quando estas introduziram a produção intensiva da cultura do algodão no sistema de produção do campesinato. Estes autores referem que embora, de uma forma geral os resultados alcançados com a cultura do algodão tenham superado as metas planificadas e o governo tenha procurado subsidiar os insumos necessários à produção do algodão e os preços ao produtor tenham sido substancialmente superiores aos praticados no tempo em que o país estava sob colonização Francesa, a capacidade de os camponeses produzirem alimentos para a sua subsistência decresceu substancialmente após a introdução da nova variedade e apontam como causas a quantidade de trabalho necessária para a produção da nova variedade.

Os autores que temos vindo a citar referem que apesar de o governo da costa de Marfim ter procurado colocar meios materiais e financeiros à disposição dos produtores (camponeses) em coordenação com as companhias algodoeiras, a alocação dos recursos não foi uniforme, pois poucos recursos foram canalizados aos camponeses das regiões centro e norte (principalmente em termos de inovação tecnológica) o que fez com que fossem estas as regiões onde os efeitos negativos (em termos redução da produção para a subsistência alimentar) da cultura do algodão mais se fizeram sentir.

---

110 quilogramas por hectare. Para mais informações, consulte a obra de Campbell, Bonnie (1984). *Inside the miracle: cotton in the Ivory Coast.*



Fazendo uma análise do acima exposto podemos afirmar que os autores que estudaram a experiência da Costa do Marfim na produção do algodão mostram que o governo teve um papel chave no fomento do algodão na medida em que não apenas estabeleceu as regras para a produção do algodão como também integrou a política de produção do algodão na política da indústria têxtil; garantiu às empresas algodoeiras recursos necessários para a materialização dos objectivos estabelecidos para com a cultura do algodão. Para além destas medidas, o governo desempenhou um papel chave na regulamentação, coordenação e fiscalização das actividades das algodoeiras e dos camponeses. Por outro lado, as empresas asseguraram assistência técnica aos produtores (camponeses), principalmente em termos de rotação de culturas, canalização de insumos (adubos, sementes e pesticidas) e no controlo e combate a pragas.

Em termos de resultados atingidos os autores mostram que, excluindo o aspecto coercitivo usado pelas autoridades governamentais para quebrar a resistência de camponeses que procuravam manter-se fora da política governamental (devido ao trabalho extra impulsionado com a introdução da nova variedade, por um lado; e a necessidade de produção alimentar, por outro lado), os resultados planificados foram largamente superados. Mas também revelam que em áreas onde o apoio tanto governamental como das companhias algodoeiras foi pouco consistente a introdução da nova variedade do algodão provocou o declínio da produção para a subsistência familiar.

### CAPÍTULO III

#### QUESTÃO DE PARTIDA E HIPÓTESE

Neste capítulo vamos estabelecer a questão de partida, a hipótese e os indicadores que nos vão permitir refutar ou provar a hipótese por nós estabelecida, tendo em conta o problema e o nosso modelo teórico; vamos também estabelecer as dimensões da nossa pesquisa.

##### 1. Questão de partida:

Uma questão de partida envolve variáveis que podem ser observadas e manipuladas (Gil,1995:53) e envolve ainda uma dificuldade teórica ou prática para a qual se deve encontrar uma solução (Cervo e Bervian, 1996:66).

A pergunta que orientou a presente pesquisa foi formulada da seguinte maneira: em que medida a cultura do algodão em Monapo contribui para a melhoria do padrão de vida dos camponeses produtores da mesma?

##### 2. Hipótese

Antes de se formular a hipótese que vai guiar a pesquisa, é importante referir-se que por hipótese entende-se todo o enunciado que se estabelece como resposta provisória a um problema de pesquisa e que só se torna resposta após a sua verificação (Ruíz, 1996:54-55); uma suposição verosímil, depois comprovável ou denegável pelos factos os quais não-de decidir, em última instância, sobre a validade ou falsidade dos factos que se pretendem explicar (Cervo e Bervian, 1995:26).

Assim, como resposta provisória, ao problema proposto, foi estabelecida a seguinte hipótese: a cultura do algodão no distrito de Monapo contribui para a manutenção da pobreza dos camponeses na medida em que os camponeses não conseguem satisfazer as

suas necessidades de consumo e poupança com as receitas que adquirem com a venda do algodão.

A função desta hipótese é, por um lado prática, porque orienta a pesquisa conferindo dessa forma um rumo à pesquisa; e por outro lado teórica na medida em que tem por finalidade coordenar a pesquisa a fim de facilitar a interpretação dos resultados da pesquisa.

**2.1 Indicadores:** Para o teste desta hipótese, foram estabelecidos os seguintes indicadores: rendimentos, em termos monetários; habitação; acesso a água potável, a saúde, educação.

### **3. Motivação do estudo**

As razões que contribuíram para a escolha tanto do tema como do local de realização do estudo são:

- O distrito de Monapo é um dos maiores produtores de algodão na província de Nampula;
- A cultura do algodão é promovida no distrito de Monapo por três empresas;
- Os dados estatísticos mostram que historicamente o maior volume de algodão é produzido pelo sector familiar; e
- O envolvimento do sector privado na cultura do algodão no distrito de Monapo limita-se apenas ao fomento e comercialização desta cultura no sector familiar.

**4. Local de colecta de dados:** a recolha de dados para o teste da hipótese acima estabelecida foi feita no distrito de Monapo, nos postos administrativos de Monapo sede e Netia.

**5. Período em análise:** Este estudo analisa o período que decorre de 1986, ano do início da reestruturação das empresas estatais, até o ano de 2003.

**6. Relevância do Estudo:** o estudo não tem por finalidade a obtenção de novos conhecimentos científicos mas identificar os benefícios sócio-económicos que os camponeses ganham produzindo a cultura do algodão. Nesta conformidade, a resposta a pergunta que se propõe neste estudo é relevante sob o ponto de vista prático.

## **CAPÍTULO IV**

### **METODOLOGIA**

No capítulo anterior foram estabelecidas a pergunta de partida, a hipótese e os indicadores que vão permitir medir a hipótese. Neste capítulo descreve-se a metodologia, ou seja, os passos que foram seguidos para a realização do estudo.

Para a elaboração do presente estudo foram seguidos os seguintes passos: numa primeira fase foram feitas leituras exploratórias, e depois foi definida a questão de pesquisa, as hipóteses, os indicadores e inscrita a questão de pesquisa num modelo de referência. Depois deste passo, foi escolhido o local para a recolha de dados e definidos os instrumentos para o efeito.

#### **1. Revisão Bibliográfica.**

A revisão bibliográfica consistiu em leitura de livros, monografias relacionados com o tema em estudo e teve em vista aumentar a familiaridade com o tema. Para a recolha de dados escolhidos os seguintes instrumentos:

#### **1.2 Instrumentos para a colecta de dados**

##### **1.2.1 Entrevistas semi-directivas:**

Uma entrevista é uma técnica de obtenção de dados e consiste em diálogo entre o pesquisador e a pessoa, fonte de informação com o objectivo de obtenção de dados relevantes para uma pesquisa. A opção por esta técnica para a colecta de dados deve-se às múltiplas vantagens que esta técnica oferece, sublinhadas por Gil (1995) das quais importa referir:

- As entrevistas possibilitam a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social;
- Os dados obtidos das entrevistas podem ser susceptíveis de qualificação e quantificação.
- Comparadas, as entrevistas, por exemplo com o questionário, as entrevistas não exigem que a pessoa entrevistada saiba ler ou escrever e oferece maior flexibilidade visto que o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas que faz e adaptar-se as circunstâncias em que se desenvolve a entrevista.

As entrevistas podem ser informais, abertas, estruturadas ou semi-estruturadas. Neste estudo foram usadas as entrevistas semi estruturadas. As entrevistas semi-estruturadas consistem em o pesquisador possuir um guião de questões pertinentes que deseja que sejam esclarecidas pelo entrevistado (Gil, op.cit., Quivie & Campenhoudt, 1992). A opção por esta técnica de colecta de dados reside no facto de as entrevistas semi-directivas serem (i) flexíveis, (ii) permitirem recolher informação e testemunhos pertinentes assim como as interpretações ou justificações que os entrevistados dão aos seus pronunciamentos e (iii) decorrente das duas primeiras razões expostas, as entrevistas semi-estruturadas oferecem a particularidade de o entrevistador ir mais ao fundo do pensamento do entrevistado o que confere um elevado grau de confiabilidade aos dados recolhidos para a análise (*idem*).

Nas entrevistas foram envolvidos 26 chefes de família do distrito de Monapo escolhidos aleatoriamente, 4 técnicos de extensão rural extensionistas, também escolhidos de forma aleatória, de um grupo de 14 que formam a rede de extensão rural de Monapo; a 3 dirigentes governamentais (Director Distrital de Agricultura de Desenvolvimento Rural de Monapo, Chefe de Posto Administrativo de Netia e o Chefe do Departamento de Classificação do Algodão do IAM). A escolha aleatória dos entrevistados teve em vista a obtenção de uma informação o mais diversificada possível.

### **1.2.2 Observação directa**

A aplicação desta técnica consistiu na observação visual, sem o recurso à informantes ou terceiros. A opção por esta técnica deve-se ao facto de ela permitir, ao pesquisador, obter informação pertinente a partir da observação directa, atenta e cuidadosa do facto em estudo. Sendo o presente trabalho um estudo de caso, a aplicação prática desta técnica consistiu na observação do modo e estilo de vida dos camponeses, dos instrumentos de produção por eles usados, do tipo de culturas mais praticadas, do tipo de casas e material com o qual são feitas. A aplicação desta técnica foi pertinente na medida em que permitiu fazer uma comparação entre a informação obtida nas entrevistas, a constante nos documentos oficiais com a da realidade concreta.

### **1.3 Método de Análise dos dados**

Para a análise dos dados foi privilegiada a análise histórica. A opção pela análise histórica prende-se ao facto de a história não ser apenas uma colecção de antecedentes ou factos passados mas sobretudo por os factos históricos ajudarem a compreender os motivos que contribuíram para que um determinado acontecimento tomasse um dado rumo.

**1.4 Tipo de Análise** – O estudo faz uma análise qualitativa em virtude de a preocupação central deste estudo ser encontrar uma explicação em relação ao problema proposto.

### **1.5 Dimensões usadas para a análise**

**1.5.1 Dimensão Social** – Nesta dimensão o estudo vai centrar-se em aspectos de vida social, com destaque para o envolvimento das empresas algodoeiras em programas sociais em benefício dos camponeses nas respectivas áreas de influência.

**1.5.2 Dimensão Económica** – Nesta dimensão, o estudo vai centralizar a sua análise nos rendimentos monetários e no tipo de bens procurados pelos camponeses.



## CAPÍTULO V

### RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo apresentam-se os principais dados obtidos da aplicação das técnicas de recolha de dados.

#### 1. Estado e a cultura do algodão

Na pesquisa constatou-se que, os camponeses não têm apoio técnico quer dos técnicos da rede de extensão rural, quer das empresas concessionárias que fomentam a cultura do algodão no distrito de Monapo. Os agentes de extensão rural afirmam que as suas actividades não abrangem, de forma directa, a cultura do algodão, pese o facto de, os camponeses dedicarem-se principalmente a esta cultura.

*“há dois anos que trabalho aqui em Netia. O nosso trabalho consiste em fazer demonstrações do rendimento de uma nova variedade de culturas e em apoiar, em termos técnicos, aos camponeses, a adoptarem uma nova tecnologia de produção. Mas eu pelo menos nunca trabalhei com a cultura do algodão. O que posso afirmar é que a cultura do algodão exige muitos cuidados”* (Abudo, 8/03/04, entrevista).

Por seu turno os camponeses afirmam que não sentem os efeitos do trabalho desenvolvido pelos técnicos de extensão rural:

*“nós temos acompanhado pela rádio que noutras partes os extensionistas trabalham com os camponeses por isso a sua produção aumento de ano para ano. Mas os que nós temos aqui só usam as nossas machambas”* (Mahua, 11/03/04, entrevista).

## **2. Concessionárias e a cultura do algodão.**

Num outro desenvolvimento soube-se que as empresas que fomentam a cultura do algodão no distrito de Monapo embora possuam grandes propriedades de terra arável, não de dedicam à produção desta cultura. As machambas estão subaproveitadas porque as empresas algodoeiras desligaram-se da actividade de produzirem a cultura do algodão e passaram a depender do algodão produzido pelos camponeses.

*“Em tempos as empresas algodoeiras produziam muito algodão. possuíam suas machambas. Agora nenhuma empresa aqui em Monapo produz algodão. Todas entregam sementes aos camponeses e estes produzem o algodão”* (João, 04/03/04, entrevista)

Num outro momento, os camponeses questionaram as razões que levaram a que as empresas algodoeiras deixassem de produzir o algodão e passassem a depender do algodão por eles produzido.

*“Nós estamos a sentir muito. Antes trabalhávamos nas machambas de algodão das companhias. Agora as companhias não existem. Então nós queremos saber porque é que a SODAN deixou de produzir o algodão?”* (Sabonete, 11/03/04, entrevista)

## **3. Camponeses, algodão e culturas alimentares.**

Na pesquisa soube-se que a cultura mais praticada pelos camponeses no distrito de Monapo é a do algodão:

*“de uma forma geral, aqui em Monapo, os camponeses produzem mais o algodão, principalmente nos postos Administrativos de Netia e Itoculo. Penso até que o problema da fome neste distrito tem a ver com a cultura do algodão. Veja só que os Postos que Administrativos que mais se notabilizam na produção do algodão são os que anualmente registam casos de fome e são os que oferecem melhores condições para a prática da agricultura”* (Álvaro, 09/03/04, entrevista).

As autoridades locais apontaram também a cultura do algodão como sendo um dos factores que contribui negativamente na capacidade de os camponeses produzirem para a sua subsistência alimentar.

*"Na última campanha os camponeses reduziram significativamente as áreas de cultivo do algodão e aumentaram a produção de cereais. Penso que isto vai contribuir para a redução do índice de prevalência da fome no distrito. O que sucedia é que os camponeses dedicavam-se a cultura do algodão e não dispunham de tempo suficiente para produzirem o necessário para o consumo familiar"* (João, 18/03/04, entrevista).

*Os camponeses dedicavam-se a cultura do algodão como se esta fosse a solução de todos os seus problemas. Principalmente aqui em Netia. Por isso muitos passavam fome. Agora estão a reduzir bastante as machambas de algodão. Parece que a situação da fome vai ficar controlada* (Mário, 09/03/04, entrevista).

As autoridades locais referem porém que embora a cultura do algodão seja uma das principais causas da fome no distrito esta é exacerbada por uma praga que provoca o apodrecimento radicular da mandioca.

*"é importante referir porém que o que agrava a fome neste distrito é a praga que provoca o apodrecimento radicular da mandioca. Até agora não conseguimos controlar esta praga. Estamos a distribuir estacas de uma variedade que é tolerante a praga e a incentivar os camponeses a produzirem mais cereais como são os casos do milho e da mapira"* (João, 18/03/04, entrevista).

*Confiávamos na mandioca mas esta está a apodrecer. Estão a distribuir estacas de uma nova variedade. Só que a nova variedade não se pode comer nem fresca, nem seca, nem cozida porque amarga muito. As crianças levavam mandioca para comer na escola. Agora não sabemos o que fazer* (Muaparatho, 09/03/04, entrevista).

#### 4. Camponeses e o preço do algodão

Na pesquisa soube-se que o preço do algodão é fixado numa reunião envolvendo os camponeses, as empresas algodoeiras e o governo desempenhando este o papel de árbitro entre as duas partes envolvidas na produção do algodão. Porém todos os envolvidos na pesquisa afirmaram que este mecanismo de definição do preço não beneficia os camponeses.

*“os preços do algodão são fixados pelas empresas algodoeiras. os contornos que determinam os preços do algodão para o caso moçambicano são complexos e não são do domínio dos camponeses.”* (João, 18/03/04, entrevista)

*As empresas algodoeiras enganam muito aos camponeses. Veja só que elas deixaram de produzir o algodão e não fazem outra coisa que não seja entregar sementes e pesticidas aos camponeses estes últimos a título de crédito. No fim da campanha, muitos camponeses voltam para casa de mãos vazias. Os preços são baixos”* (Abudo, 08/03/04, entrevista).

#### 5. Camponeses e a posse de terra

Em relação a posse de terra todos os camponeses possuem uma porção de terra onde desenvolvem as suas actividades.

*De uma forma geral todos os agregados familiares possuem uma porção de terra para cultivar* (João, 18/04/04, entrevista).

*Não existem grandes conflitos de terra. Os usos e costumes desta região permitem a que todos os agregados familiares tenham acesso a terra* (Lucas, 12/03/04, entrevista).

*Nós temos as nossas machambas que herdamos dos nossos avós. É lá onde cultivamos com os nossos filhos* (Issufo, 09/03/04, entrevista)

## CAPÍTULO VI

### ANÁLISE DOS RESULTADOS

#### 1. Papel do estado na produção e comercialização do algodão

Os Decretos 7/91 e 8/91 referem que cabe ao estado, entre outras actividades, regulamentar, coordenar e fiscalizar todas as actividades relacionadas com a cultura do algodão assim como assegurar, aos produtores, assistência técnica e financeira quando necessária. O papel do estado é sublinhado na EDA que, entre outras actividades, refere que é responsabilidade do estado (i) rever e actualizar, periodicamente, o quadro legal relacionado com a cultura do algodão de modo a mante-lo permanentemente actualizado; (ii) rever ou cancelar os contratos de fomento e extensão rural em caso de estarem desactualizados ou não estarem a ser cumpridos pelas empresas algodoeiras; e dinamizar as redes de extensão agrária como elos fundamentais de ligação entre a investigação e o sector produtivo.

Os dados obtidos aponta para um fraco desempenho das autoridades governamentais competentes em termos de zelarem pelo pleno cumprimento das normas que regulamentam as actividades e responsabilidades das concessionárias. O fraco desempenho das instituições governamentais na materialização das normas que regulamentam a cultura do algodão nota-se a partir da inacção dos respectivos órgãos competentes em relação às concessionárias que apesar de terem por obrigação prestar assistência técnica aos camponeses quer na produção da cultura do algodão quer na produção de outras culturas incluídas na rotação das culturas com vista a assegurar-se a manutenção da fertilidade dos solos, não o fazem. A falta de cumprimento das normas legalmente estabelecidas por parte das concessionárias revela a inoperância dos respectivos órgãos competentes.

Os obtidos revelam também a existência de um conflito mais ou menos disfarçado entre os técnicos de extensão rural afectos ao distrito e os camponeses. Os camponeses afirmam que os técnicos de extensão rural apenas usam as suas machambas. Este facto pode, a médio e longo prazo, dar azo a um conflito mais aberto entre os extensionistas e os camponeses, o que poderá inviabilizar várias iniciativas que tenham por finalidade a introdução de novas tecnologias de produção. Mas também a insatisfação dos camponeses pode ser produto de correspondência entre os objectivos e prioridades dos camponeses e os objectivos e prioridades da rede de extensão rural que desenvolve as suas actividades naquele distrito. Note-se que a contestação dos camponeses é em relação aos técnicos da coordenados pela Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural o mesmo não acontecendo quanto aos técnicos pertencentes à organizações não governamentais.

Doyal e Gough (op. cit) lembram que a capacidade de uma sociedade satisfazer, de forma autónoma, as suas necessidades depende da capacidade que tal sociedade tem de produzir bens materiais e a capacidade de produção de bens (especialmente alimentares) depende da existência de uma autoridade, que reconhecida por todos os membros da colectividade, não apenas tenha por função criar normas que assegurem a produção de bens como também a responsabilidade de zelar pelo cumprimento e respeito, por todos os membros da colectividade, das normas instituídas tendo em vista a preservação do bem comum.

Savignac (1979) refere que, na Costa do Marfim a acção do governo foi determinante no alcance dos resultados preconizados quando a elite política decidiu pela introdução da produção intensiva da cultura do algodão no sistema de produção dos camponeses. Na Costa do Marfim a acção do governo esteve orientada (i) para identificação de uma única variedade de algodão que, comparada com as variedades tradicionais produzidas pelos camponeses possuíssem maior capacidade de rentabilidade e estivesse mais ajustada as condições pedológicas do país; (ii) na criação de condições que possibilitassem as empresas algodoeiras pôr à disposição dos camponeses insumos, meios materiais e

financeiros que garantissem a produção do algodão; e (iii) na integração da política de fomento do algodão na política da indústria têxtil do país, assim como na fiscalização das actividades das companhias algodoeiras tendo em vista assegurar que todos os intervenientes cumprissem com as regras estabelecidas em torno da cultura do algodão.

## **2. Papel do sector privado na produção e comercialização do algodão**

De um modo geral a cultura do algodão em Monapo é desenvolvida por camponeses em pequenas machambas familiares, embora seja fomentada por agentes privados designados por empresas concessionárias. As concessionárias ressurgiram no cenário económico nacional, após o início das reformas institucionais iniciadas com a aprovação, sob os auspícios do Banco Mundial e Fundo Monetário internacional, do PRE em Fevereiro de 1987 e que conduziram à reestruturação das empresas estatais constituídas em 1975, após serem abandonadas pelos antigos proprietários logo após a queda do governo colonial.

A origem das concessões no cenário económico moçambicano remonta dos primórdios da colonização efectiva de Moçambique. O governo colonial vendo-se incapaz de colonizar, por si só o território que hoje constitui Moçambique, arrendou as regiões centro e norte (excluindo Nampula que permaneceu sob administração directa de Portugal) a companhias de capital não português. As companhias possuíam direitos exclusivos de comprar os excedentes de produção dos camponeses nos territórios sob sua jurisdição. Para o caso de Nampula as companhias concessionárias começaram a desenvolver as suas actividades nesta província no início da década de 1930, no contexto da introdução da cultura obrigatória do algodão.

O sistema de concessões foi abolido nos primeiros anos de independência devido, por um lado a necessidade de se construir uma sociedade nova; e por outro lado à saída precipitada do país dos antigos proprietários das machambas algodoeiras. Em lugar das

empresas concessionárias do algodão foram estabelecidas empresas estatais e cooperativas agrícolas.

O desempenho económico tanto das empresas estatais como das cooperativas viria a revelar-se pouco animadores. Das várias causas que contribuíram para o insucesso das machambas estatais e das cooperativas agrícolas destaca-se o conflito armado que opunha a Frelimo à Renamo (ou vice versa).

Com o fim do conflito armado que opunha a Frelimo à Renamo (vice-versa) o governo da Frelimo estabeleceu as regiões centro e norte como zonas de concessões e foram desenvolvidos nestas zonas sistemas de direitos legais de monopólio de comercialização de culturas de rendimento, em geral; e de algodão em particular. Os direitos legais de monopólio foram garantidos a grandes empresas em regime de *joint ventures*. (MADER/IAM, 2001:32).

Os contratos concessionários conferem às empresas o dever de (i) investirem na produção do algodão (ii) criarem redes de extensão agrária tendo em vista a assistência técnica aos camponeses tanto na produção da cultura do algodão como na produção de culturas alimentares; e (iii) dão o direito exclusivo de adquirirem todo o algodão produzido pelos camponeses situados nos limites da extensão da terra concedida a concessionária, por um período que varia entre 20 e 25 anos (*idem*).

Os dados empíricos revelam que as empresas que fomentam a cultura do algodão no distrito de Monapo circunscrevem-se apenas ao fornecimento de insumos (sementes e pesticidas) aos camponeses que por sua vez produzem e vendem o algodão à empresas da qual receberam os insumos.

Desta forma, o desempenho das empresas algodoeiras no distrito de Monapo tanto sob o ponto de vista da produção como sob o ponto de vista de assistência técnica aos



produtores é negativo na medida em que estas não apenas não investem na produção do algodão como também não dispõem de redes de extensão agrária que assegurem assistência técnica aos camponeses. Deste modo, para além de as empresas violarem os acordos em relação as suas obrigações com os camponeses, as empresas algodoeiras mantêm subaproveitada grandes extensões de terra arável para a prática da actividade agrícola. O subaproveitamento da terra pode ser devido a: (i) incapacidade de as empresas investirem na produção do algodão; ou (ii) por violação deliberada das normas estabelecidas para o fomento do algodão, devido aos elevados riscos associados a prática desta cultura.

Uma das consequências relacionadas com o facto de as concessionárias se desligarem da produção directa da cultura do algodão em Monapo tem a ver com o aumento do desemprego. Os dados empíricos revelam que até 1990, as empresas em Monapo não dependiam do algodão produzido pelos camponeses. Elas possuíam grandes machambas de algodão e empregavam um grande número de camponeses, quer a título precário, quer a título permanente e muitos destes camponeses eram provenientes dos distritos vizinhos de Monapo, como Nacaroa, Memba, Muecate, Mogingual, Meconta, Mossuril e Nacala.

A partir do momento em que as empresas tomaram a decisão de deixar de produzir algodão e passaram a depender exclusivamente da produção proveniente das pequenas machambas dos camponeses, todos os camponeses que tinham, de certa forma, o seu emprego garantidos nas machambas de algodão, passaram a fazer parte da grande massa de desempregados rurais. O aumento da taxa de desemprego no campo significa fraca capacidade de os camponeses adquirirem receitas monetárias e significa que os camponeses ficam cada vez mais com menor poder de compra.

A segunda consequência, tem a ver com as possibilidades de os camponeses terem fontes alternativas de rendimentos monetários para além dos adquiridos da venda do excedente proveniente das suas machambas individuais. Esta consequência está ligada à anterior na

medida em que tem a ver com o facto de os camponeses terem deixado de *vender* a sua força de trabalho às empresas algodoeiras nas machambas de cultivo do algodão. De facto, enquanto as empresas possuíam campos de cultivo de algodão, os camponeses ofereciam a sua força de trabalho em troca de um salário que, de certa forma, contribuía para aumentar o nível de rendimento familiar. A partir do momento em que as empresas deixaram de produzir a cultura do algodão, os camponeses passaram a depender, única e exclusivamente, dos seus excedentes de produção e passaram a estar mais expostos a fome e outros problemas, principalmente nos anos em que os rendimentos das suas machambas são deficitários.

Desta forma, a decisão tomada pelas empresas algodoeiras e que fez com que estas passassem a depender do algodão produzido pelos camponeses não apenas viola a legislação específica que regulamente a actuação destas, como também afecta significativamente as possibilidades de os camponeses terem fontes alternativas das suas receitas monetárias, sem dependerem principalmente dos rendimentos alcançados com a comercialização dos seus excedentes agrícolas e contribuiu para o aumento do desemprego rural.

Por outro lado, os dados empíricos apontam que as empresas algodoeiras não se envolvem na criação de infra-estruturas de índole social em áreas como educação (construção e/ou apetrechamento de salas de aulas), saúde (construção e/ou equipamento de postos de saúde), abastecimento de água potável a população (construção de furos de água) ou então em campanhas de sensibilização dos camponeses em matérias de saúde reprodutiva como por exemplo para a prevenção ao HIV-SIDA.

Hampton (1991) refere que a chave de sucesso de toda e qualquer empresa reside na forma como os gestores das empresas acomodam os problemas que resultam da interdependência da empresa com o seu ambiente, sendo por isso importante que os

gestores das empresas tomem sempre em consideração, no processo de tomada de decisão, as funções não mercadológicas das empresas.

Campebell (1984); Savignac (1979) e Atemengue (1966) embora não façam menção ao envolvimento das empresas em actividades sociais, referem que na costa do Marfim as companhias algodoeiras jogaram um papel importante na materialização dos objectivos traçados pelas autoridades políticas com relação a cultura do algodão na medida em que garantiram assistência técnica aos camponeses em termos de controlo e combate a pragas; facilitaram aos camponeses acesso a novas tecnologias de produção de baixo custo (em termos de alfaías agrícolas), asseguraram a manutenção da fertilidade dos solos introduzindo o sistema rotativo de culturas e colocando à disposição dos camponeses fertilizantes e assegurando o devido uso dos mesmos pelos camponeses.

### **3. Camponeses, algodão e a produção de culturas alimentares**

Um relatório apresentado por uma equipe de consultores da agência francesa de desenvolvimento assegura que a cultura do algodão em Moçambique não é concorrente à produção de culturas alimentares na medida em que “ninguém fala da questão de insuficiência alimentar nas principais zonas algodoeiras (Nampula e Cabo Delgado)” (MADER/IAM, 2001:77). O relatório vai mais longe afirmando que em África os produtores contam com o que eles mesmos produzem para se alimentarem pelo que seria difícil os camponeses se dedicarem a cultura do algodão sem que tivessem garantida a sua subsistência alimentar (*idem*).

Porém, os dados empíricos obtidos na pesquisa refutam a costatação acima defendida pela equipe de consultores na medida em que não apenas a população do distrito de Monapo, um dos maiores produtores de algodão da província de Nampula, padece, ciclicamente, de insuficiência alimentar como também a população de outros distritos da província, e de modo particular situada nas zonas algodoeiras, padece do mesmo

problema. Vários órgãos de comunicação social reportam a problemática de insuficiência alimentar na província de Nampula, principalmente nos distritos de Nacaroa, Memba, Mossuril, Mogingual, Nacala-a-velha, entre outros. Desta forma parece questionável a teoria defendida pelo estudo acima citado que defende que a fome nas regiões algodoeiras é assunto do passado e que vê nesse facto um dos principais motivadores de adesão dos camponeses na produção do algodão.

De acordo com as constatações tidas durante a presente pesquisa um dos principais factores que leva a que muitos camponeses cultivem algodão prende-se à segurança do mercado: as concessionárias algodoeiras garantem a comercialização do algodão o que não acontece com os outros produtos de origem agrícola, principalmente cereais. Sendo o mercado de cereais pouco previsível, os camponeses, na ânsia de obterem receitas monetárias, dedicam-se à cultura do algodão. No entanto, esta cultura é também muito exigente em termos de jornadas de trabalho para além de o seu calendário condizer com o calendário vital para a produção de outras culturas principalmente as alimentares. Assim, muitas vezes, os camponeses que se dedicam a cultura do algodão não dispõem de tempo suficiente para se dedicarem a outras culturas.

A relação entre cultura de algodão e incapacidade de os camponeses produzirem o suficiente para a sua alimentação já foi estabelecida por Iscaaman (1995), Negrão (2001) e por Campbewell (1984).

Uma das razões desta ligação é a quantidade de trabalho exigida pela cultura do algodão. Segundo um estudo do CEA (1980), a cultura do algodão exige um pouco mais de 150 jornadas de trabalho contra cerca de 90 jornadas de trabalho exigidas pelas culturas alimentares. Outra causa, é a consciência do tempo vital (em termos de época de cultivo) da produção do algodão e das culturas alimentares: a época de cultivo de algodão inicia nos meados de Outubro e termina em Junho/Julho, com a colheita, continuando porém após a colheita com o arranque e queima das plantas e preparação dos mercados

que em termos gerais terminam nos meados de Agosto. Para as culturas alimentares, (tomando o exemplo da mapira, milho e amendoim) a época agrícola começa em Outubro e termina entre os meses de Maio/Junho. Desta forma os camponeses encontram dificuldades, com os limitados recursos à sua disposição, de conciliar a produção do algodão e a produção para a subsistência alimentar.

Mas, se por um lado a cultura do algodão é muito exigente em termos de jornadas de trabalho e o calendário agrícola desta cultura coincide com o calendário agrícola dos cereais, a metodologia usada para a definição do preço do algodão ao produtor é um outro factor constrangedor para os camponeses na medida em que estes são, de modo geral, pouco compensados se se tiver em conta que a agricultura praticada pelos camponeses é não mecanizada, por um lado; e o preço dos factores de produção (principalmente pesticidas) não estão ao alcance dos camponeses. A título de exemplo, os camponeses adquirem pesticidas das concessionárias a título de crédito que lhes é deduzido na altura da comercialização do algodão. Esta metodologia faz com que alguns camponeses cheguem no fim da campanha com dívidas com os operadores. De acordo com os dados obtidos alguns operadores confiscam os bens dos camponeses que, chegados a altura de comercialização, o seu produto não cobre a dívida contraída com as concessionárias, outros porém transitam a dívida para o ano seguinte. A análise do comportamento das concessionárias revela que em ambos os casos os camponeses averbam prejuízos pois se por um lado umas operadoras confiscam os bens dos camponeses que tendo produzido o algodão a sua machamba não rendeu o suficiente (seja por factores pluviométricos ou outros tais como ligados à qualidade das sementes e/ou dos pesticidas) para o pagamento da dívida, por outro lado as operadoras que transferem a dívida para o ano seguinte contribuem também para a degredação do nível de vida dos camponeses na medida em que o “perdão” da dívida o mantém condicionado não somente a produzir a cultura do algodão como também a aumentar as áreas para esta cultura sendo os efeitos negativos visíveis num horizonte temporal mais longo.

#### 4. Camponeses, governo, concessionárias e a política do preço mínimo

Em conformidade com o modelo político-económico adoptado oficialmente em 1977 pela elite política do país, até 1991 ano da liberalização do comércio do algodão, os preços deste produto eram centralmente fixados.

O nº1 do artigo 3 do capítulo II do decreto 8/91 estabelece que “a comercialização do algodão caroço será feita em condições de igualdade e regime de concorrência, de harmonia com as normas regulamentares que forem estabelecidas. O artigo nº4 do mesmo decreto estabelece que a compra do algodão caroço é permitida a todas as pessoas singulares ou colectivas que (i) disponham de organização comercial e capacidade técnica e financeira adequadas a compra do algodão caroço e a venda do algodão em rama dele proveniente nos mercados consumidores e (ii) estejam inscritos no IAM.

A implementação deste decreto enfrentou problemas pois o espírito do mesmo vai contra o preceituado nos acordos assinados entre as autoridades políticas e as empresas concessionárias. Os contratos atribuem, às concessionárias, o direito exclusivo de adquirirem, durante a vigência dos contratos, todo o algodão produzido pelos camponeses localizados dentro das suas zonas de influência. Por outro lado, após a liberalização do comércio do algodão em Moçambique, as autoridades governamentais não estabeleceram outros mecanismos legais em relação aos direitos das concessionárias em termos de revogação ou não dos direitos concessionários.

Assim, a implementação prática do decreto 8/91 gerou conflitos entre as diferentes empresas ligadas à cultura do algodão. Muitas empresas passaram a adquirir algodão fora das suas áreas de fomento. Um dos principais focos do conflito gerado pelo decreto 8/91 em torno de aquisição do algodão ao produtor foi o distrito de Monapo onde os camponeses chegaram a receber, na mesma campanha, sementes fornecidas por diferentes empresas.

A segunda consequência criada pelo decreto 8/91 foi a mistura de várias variedades de sementes de algodão. A corrida das empresas para a aquisição do algodão produzido por camponeses localizados em áreas de fomento pertencentes à outras empresas fez com que houvesse mistura de várias variedades do algodão assim como pouca preocupação na selecção das sementes.

A terceira consequência da liberalização do preço do algodão está relacionado à capacidade de as empresas algodoeiras recuperarem os investimento feitos no fomento do algodão. No início de cada campanha agrícola as concessionárias canalizam insumos (especificamente sementes e pesticidas estes últimos a título de crédito) aos camponeses. Estes após receberem os insumos agrícolas produzem o algodão e devem vendê-lo à concessionárias da qual receberam os insumos. Com a liberalização do preço do algodão muitos camponeses passaram a vender o seu algodão à empresas que melhor preço oferecesse. Assim, algumas empresas em Monapo registaram, entre 1992 e 2001, dificuldades na recuperação dos investimentos feitos no fomento da cultura do algodão.

Devido as constantes violações aos contratos celebrados entre as concessionárias e as autoridades governamentais, as empresas concessionárias apelaram ao governo tendo este recomendado um estudo no sub-sector do algodão. O estudo foi realizado por uma equipe de consultores da agência de desenvolvimento francesa e as principais conclusões do mesmo constam num relatório entregue ao governo.

Após a apresentação oficial do documento o governo estabeleceu um outro critério de definição do preço do algodão ao produtor que consiste em as duas partes directamente ligadas à produção do algodão (camponeses, por um lado; e concessionárias, por outro lado) reunirem-se, nos meados de Abril de cada ano, para discutir os preços a vigorarem na safra. Os cálculos para o estabelecimento do preço ao produtor são feitos tomando-se como referência o preço do *index A* no mercado internacional.

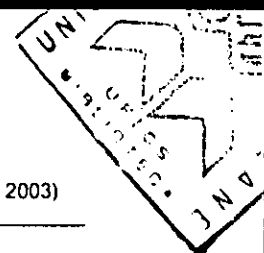
Este procedimento envolve enormes riscos tanto para as empresas como para os camponeses na medida em que na altura em que ambas partes sentam a mesma mesa para discutir o preço para a safra nenhuma das partes tem uma ideia aproximada sobre como será, até a altura da comercialização do algodão, a evolução dos preços no mercado internacional. Note-se que um dos factores que determinam a mudança dos preços de qualquer produto no mercado é a relação entre a quantidade do bem disponível no mercado (oferta) e o número de pessoas que procuram adquiri-lo bem (procura). Assim, quando maior for a oferta, é será o preço do produto e vice versa (ou seja, quando menor for a oferta, maior será o preço).

Desta forma, tendo em conta que os preços ao produtor são definidos por volta dos meados de Abril de cada ano e num ambiente de total desconhecimento sobre o provável sentido de evolução do preço do algodão no mercado internacional, torna-se lógico poder afirmar-se que o critério de definição do preço do algodão é mecânico na medida em que não assenta em bases lógicas de racionalidade e a probabilidade de o mesmo reflectir, de forma acentuada, os interesses das empresas concessionárias é maior.

Numa entrevista concedida ao semanário *Economia & Negócios* do jornal *notícias o Administrador* do grupo João Ferreira dos Santos (JFS), uma concessionária de algodão e tabaco baseada na Província de Nampula, afirmou que “a tabela de aquisição do algodão junto ao produtor poderá melhorar se a tabela de preços de exportação registar sinais de queda”. As autoridades ao nível do distrito de Monapo afirmam, com convicção, que de facto, o mecanismo de definição do preço é ineficiente para os camponeses na medida em que para além de ser complexo, os camponeses não têm acesso a informação relevante sobre a cultura do algodão.

O acesso a informação a respeito da cultura do algodão é de vital importância para os camponeses pois a informação é, em si mesma uma fonte de poder. Por poder entende-se a capacidade que um actor possui e que o permite fazer com que um outro actor

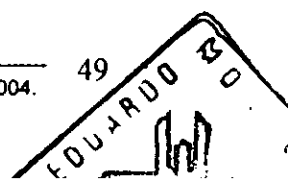




modifique e adopte um outro comportamento que de outra forma não o faria (Hampton, 1991:135). Esta definição sugere que poder tem a ver com influência. Assim, por exemplo, podia-se dizer que os camponeses possuem poder sobre as concessionárias se, tendo acesso a informação relevante e fazendo uso dela de modo eficiente, conseguissem influenciar em seu favor o comportamento das concessionárias ou então de outros agentes (como as autoridades governamentais) implicados, de forma directa na definição do preço do algodão.

Os dados da pesquisa aponta que os canais de acesso a informação à disposição dos camponeses são essencialmente as autoridades distritais (ou então outras entidade ou autoridade local), a rádio (emissor provincial de Nampula) e as próprias concessionárias nas épocas de distribuição das sementes, definição do preço e comercialização do algodão.

Um outro factor não menos importante Assossiado ao mecanismo de definição do preço e que também contribui para a degradação do nível de vida dos camponeses produtores de algodão diz respeito ao papel do estado no processo de definição do preço. O estado participa nas reuniões negociais entre produtores (camponeses e seus assosiadados) e promotores (empresas concessionárias) na qualidade de mediador cabendo a ele, em última instância, estabelecer o preço em caso de desacordo entre as partes em contenda. O problema não está na participação do estado nos encontros negociais mas sim no papel desempenhado por ele: é que para além de mediador o estado é também fomentador do algodão na medida em que detém parte significativa de acções em algumas empresas algodoeiras situadas em Nampula. Assim, sendo o estado promotor activo do algodão e participando como mediador entre os que produzem e os que fomentam a sua produção, ele desempenha um papel dúbio, porque participa como árbitro e jogador de forma senultânea.



A ineficiência do mecanismo de definição do preço ao produtor reflecte-se nos níveis de renda, em termos monetários, adquiridos pelos camponeses como recompensa do seu envolvimento na produção do algodão. Os preços praticados na compra do algodão aos camponeses são, de uma forma geral baixos e não reflectem os investimentos feitos pelos camponeses na produção do mesmo, em termos de tempo (jornadas de trabalho) e insumos (instrumentos de trabalho e pesticidas), e faz com que os camponeses cultivem um sentimento negativo em relação as autoridades políticas: “o governo nos engana muito. Diz-nos para produzirmos algodão para ganharmos dinheiro. Mas quando vamos vender o algodão voltamos de mãos vazias” (Issufo, 09/03/04, entrevista).

Tendo em conta o acima exposto sobre a problemática da definição do preço ao produtor pode-se afirmar que a implementação do decreto 8/91 de 23 de Abril não apenas criou uma desordem na comercialização do algodão caroço como também contribuiu para o surgimento de conflitos entre as empresas algodoeiras devido à constantes violações dos acordos de concessão assinados entre o governo e as concessionárias. Devido aos problemas surgidos após a liberalização dos preços ao produtor foi recomendado um estudo e na sequência estudo recomendado pelo governo foi estabelecida uma nova metodologia de definição do preço mínimo. Desta forma, embora o decreto 8/91 continue válido porque ainda não foi oficialmente revogado pelo governo, a vigência prática deste instrumento legal é nula em virtude de estar a ser observado um outro mecanismo de definição dos preços ao produtor. Por outro lado as bases usadas para a definição dos preços ao produtor são precárias na medida em que não têm nenhum cunho racional e penalizam, de certa forma os camponeses produtores do algodão.

## **5. Camponeses e a posse da terra**

Santos (1997:61) afirma que a posse de terra é, para os camponeses, uma condição de estabilidade social e base fundamental da sua sobrevivência em virtude de ser esta a maior riqueza de que dispõem. Para Santos, o trabalho da terra constitui, para os

camponeses, uma fonte de rendimento, de produção e reprodução social entre as comunidades.

De facto, a terra é, para os camponeses, um recursos de vital importância porque é fonte de aquisição de alimentos e também a principal fonte de obtenção de receitas. Em Moçambique o acesso a terra é regulado por lei e constitui direito de todos os moçambicanos sem distinção de cor, raça ou origem étnica (lei de terra n 19/97).

Mas embora o acesso a terra em Moçambique seja regulado por legislação específica a posse a terra no sistema de produção familiar no distrito de Monapo é regulado pelo sistema consuetudinários. De acordo com os dados apurados na pesquisa o chefe da família, regra geral, detém o direito de uso e aproveitamento da terra cultivada pelo agregado familiar e um camponês pode obter a terra por (1) casamento, (2) herança (3) ou por empréstimo.

Por casamento: segundo os hábitos e costumes dos *macuas*, quando um homem constitui matrimónio fixa residência, de modo geral, na casa dos pais de sua esposa onde recebe uma parcela para fazer as suas machambas.

Por herança: a aquisição da terra por herança pode acontecer de duas formas distintas: (i) por via paterna, quando alguém recebe, como heranças a terra do seu pai; (ii) por via materna, quando alguém recebe, como herança, a terra que pertencera a seu tio materno;

Por empréstimo: um camponês que possui muita terra em pousio pode ceder uma parcela dela a quem não a tiver bastando para o efeito solicitar ao “legítimo” proprietário. A obtenção da terra por esta via não implica nenhum custo monetário ou em espécie.

A flexibilidade inerente ao modelo costumeiro que garante o acesso a terra aos camponeses faz com que não se verifiquem conflitos de terra de grande magnitude na medida em que existem várias formas de os camponeses terem o acesso a terra e o

sistema tradicional que regula o acesso a terra não é exclusivo. Porém, é importante que haja um mecanismo de divulgação da lei de terra tendo em conta que (i) é o principal instrumentos institucional que regula o acesso a terra (ii) cujo conhecimento garante a procura de caminhos legais que assegurem o título de posse e aproveitamento da terra, tendo-se em conta que a terra é o maior bem que os camponeses possuem.

## 5. Teste da Hipótese

Para a condução deste trabalho partiu-se da hipótese de que a cultura do algodão em Monapo contribui para a manutenção da pobreza dos camponeses na medida em que estes não conseguem satisfazer as suas necessidades de consumo e poupança com as receitas que adquirem com a venda do algodão.

Os resultados da pesquisa revelam que a cultura do algodão no distrito de Monapo é promovida por três empresas que possuem o título de concessionárias. Estas empresas fornecem sementes e pesticidas aos camponeses os quais, depois de produzirem o algodão vendem-no à respectiva concessionária. Os preços são, de uma forma geral, baixos.

Os dados obtidos na pesquisa apontam ainda que o distrito de Monapo possui óptimas condições para a prática da agricultura o que contribui para que seja um dos maiores produtores da cultura do algodão. Porém, contrastando com as condições pedológicas favoráveis a prática da agricultura, a população do distrito de Monapo confronta-se com o problema da fome e esta assola de forma significativa os postos administrativos que melhores solos possuem para a prática da agricultura. Ainda de acordo com os dados analisados neste estudo a fome no distrito de Monapo é causada por dois factores principais. O primeiro factor diz respeito à problemática de apodrecimento radicular da mandioca que constitui a base alimentar da população do distrito. O segundo factor diz respeito ao empenho dos camponeses na produção da cultura do algodão.

A análise da relação cultura de algodão/culturas alimentares revela que a cultura de algodão não apenas é muito exigente em relação as outras culturas como também o calendário agrícola concide com o calendário agrícola das culturas alimentares o que faz com que, os camponeses, com os limitados recursos à sua disposição enfrentem enormes dificuldades de conciliar a cultura de algodão com as culturas alimentares. Note-se que os

camponeses não tem acesso a crédito ou a outras formas de apoio que os permitam melhorar o tipo de agricultura que praticam.

Por outro lado as empresas concessionárias que se dedicam ao fomento do algodão no distrito desligaram-se da produção desta cultura, colocando no desemprego todos os camponeses que trabalhavam nas machambas destas. A pesquisa revelou haver também falta de clareza nos critérios usados para a definição dos preços ao produtor, ausência de fiscalização das actividades das concessionárias pelos respectivos órgãos governamentais assim como não envolvimento das empresas concessionárias em programas de índole social. Estes aspectos contribuem negativamente não apenas no poder de compra dos camponeses como também influenciam negativamente no acesso a cuidados de saúde primária e acesso a educação dos dependentes dos camponeses.

Assim, os dados empíricos não apenas comprovam a hipótese como também revelam que embora a política agrária de Moçambique preconize a satisfação das necessidades básicas da população em termos reais ela está mais voltada para a satisfação das necessidades de exportação através da produção de culturas de rendimento comprados, junto do produtor a baixos preços e da transferência dos custos de produção para os produtores (camponeses).

Carrilho (1990:31) recorda que as políticas de desenvolvimento de Moçambique devem estar orientada para revitalização da produção alimentar no campo de modo que esta produza um duplo impacto em termos de (i) redução da fome e (ii) redução da dependência externa em ajuda alimentar porque a dependência mais grave que o país enfrenta é a da ajuda alimentar na medida em que o país não possui capacidade para suportar importações comerciais de alimentos.

Abrahamsson e Nilsson (1994:60/3) lembram que o ponto de partida para uma estratégia de desenvolvimento ajustada as condições do país deve ser a satisfação, a curto prazo,

das necessidades da população rural em termos de aumento do seu poder de compra e satisfação das suas necessidades alimentares.

## CAPÍTULO VII

### CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

#### 1. Conclusão

O presente trabalho analisa o impacto sócio-económico da cultura do algodão no distrito de Monapo, um dos maiores produtores desta cultura na província de Nampula. Em termos específicos o estudo analisa a relação entre produção de algodão e melhoria do padrão de vida dos produtores desta que é uma das principais culturas de exportação dentre os produtos de origem agrícola exportados pelo país.

Os dados empíricos mostram que a cultura de algodão produz-se, naquele distrito, sob a forma de fomento, actividade que é levada a cabo por três empresas as quais possuem direitos concessionários. As actividades das concessionárias circunscreve-se apenas ao fomento ou seja à promoção da cultura junto do sector familiar e a compra da produção deste sector. Isto significa que embora as concessionárias sejam detentoras de grandes extensões de terra e estejam, por lei, obrigadas não apenas a fomentar e comprar a produção do algodão junto do sector familiar mas também a fazer investimentos na produção do algodão e a prestarem assistência técnica aos camponeses<sup>13</sup>,

As concessionárias apenas fornecem sementes e pesticidas aos camponeses. O custo dos pesticidas não está ao alcance dos camponeses. Sendo assim, as concessionárias entregam os pesticidas aos camponeses a título de crédito. Este facto faz com que, chegados no fim da campanha, os camponeses que tendo contraído uma dívida superior ao rendimento da sua machamba (por razões pluviométricas, ineficiência/inadequação dos pesticidas ou por outros motivos) sejam penalizados sendo-lhes confiscados os seus haveres no valor

---

<sup>13</sup> Esta actividade pressupõe as empresas concessionárias possuírem redes de extensão rural que não apenas preste assistência técnica aos camponeses que produzem a cultura do algodão como também aos que, não produzindo o algodão sejam residentes dentro dos limites da concessionária.



correspondente ao défice. Todos estes factores contribuem para a degradação da qualidade de vida dos camponeses.

Outro factor importante revelado pelos dados da pesquisa diz respeito à ligação entre a cultura de algodão e incapacidade de os camponeses produzirem para o seu auto consumo. De facto, os dados da pesquisa mostram que, e no caso específico do Distrito de Monapo, quando um camponês mais se dedica ao cultivo do algodão, mais exposto a fome fica. Esta constatação não significa que a fome que de forma cíclica assola aquele distrito possa ser unicamente imputada à cultura do algodão porque de facto existem outros factores como seja o da podridão radicular da mandioca - a base alimentar da população – que também contribui para a ocorrência da fome naquele distrito. Significa sim que embora existam outros factores que contribuem para a persistência da fome no distrito de Monapo esta é exacerbada pelo facto de os camponeses se dedicarem, quase que principalmente à cultura do algodão, por um lado e porque a cultura do algodão é mais exigente em termos de jornadas de trabalho comparativamente as outras culturas e por outro lado porque o calendário agrícola vital para a prática da cultura do algodão coincide com o das culturas alimentares, menos a cultura da mandioca.

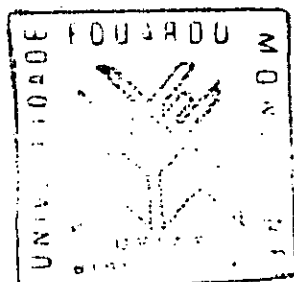
A coincidência dos calendários agrícolas (algodão/cereais) faz com que os camponeses que se dedicam à cultura do algodão cultivem, para sua alimentação, a mandioca, pese embora tenham conhecimento da existência de uma praga que provoca o apodrecimento desta.

Para além do aspecto acima referido, a relação cultura de algodão/insuficiência alimentar para os camponeses sai mais reforçada quanto se faz uma análise comparativa entre áreas tradicionalmente produtoras de algodão com áreas que o não são e mais ainda quando na análise se toma em conta o factor "redução da machamba de algodão e aumento da de cereais". De facto, no que diz respeito ao primeiro caso os camponeses que vivem em áreas tradicionalmente produtoras de algodão são mais propensos à fome em relação aos

que residem em áreas onde a cultura do algodão é menos praticada; no segundo caso quando se regista uma redução das machambas de algodão, a fome tende a regredir.

Outro aspecto importante na relação cultura de algodão/degradação ou melhoria do padrão de vida dos camponeses constatado através dos dados da pesquisa diz respeito ao preço do algodão que por sua vez se estende ao mecanismo da definição deste. A não existência de uma fórmula lógica que torne visível a possível evolução (positiva ou negativa) do preço do algodão ligado à falta de clareza do papel do governo no estabelecimento do preço ao produtor desembocam não apenas na definição e manutenção de baixos como também na erosão, cada vez mais, do poder de compra dos camponeses.

Outro aspecto não menos importante tornado evidente na presente pesquisa diz respeito à capacidade de as instituições governamentais de tutela definirem e fazerem valer normas coerentes e em protecção do campesinato. A EDA, estabelece tarefas e obrigações para cada um dos actores envolvidos na produção e comercialização do algodão, assim como os objectivos almejados com a cultura do algodão. Porém, e tomando-se em linha de conta os dados avançados pelos entrevistados as concessionárias primam pela inobservância das normas presentes não apenas na EDA como em outros regulamentos sobre a produção e comercialização da cultura do algodão o que revela a inoperancia das instituições ligados a esta matéria.



## 2. Recomendações

Tomando em conta os resultados da pesquisa, recomenda-se:

- ⇒ Canalização de apoios (em termos técnicos, materiais e financeiros) à produção camponesa tendo em vista o aumento da produção e produtividade neste sector;
- ⇒ Pesquisa e introdução de uma variedade de algodão que se revele mais ajustada as especificidades das regiões algodoeiras;
- ⇒ Definição de instrumentos legais que levem as concessionárias a implementarem programas de assistência social nas respectivas redes de fomento;
- ⇒ Eficiência e dinamismo na fiscalização, pelos órgãos competentes, das actividades das empresas concessionárias.

## Bibliografia

1. ABRAHAMSON, Hans & NILSSON, Anders (1993). Moçambique em Transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974 – 1992. Maputo
2. ALLEN, Isacmman (1980). *Pesants at work: forced cotton cultivation in north Mozambique*. AHM.
3. ALLEN, Isacmman et al.(1984). *Cotton is the mother of poverty: peasants resistance to forced cotton production in Mozambique*.
4. AMARAL, Vanda (1995). *Guia para Apresentação de Teses, Dissertações, Trabalhos de Graduação*. Maputo, UEM.
5. AMARO, Roque (1990). *Desenvolvimento e Injustiça Estrutural*. In: *Communio*, VII, 5, pp. 448 – 459.
6. ATKINSON, A. B. (1983). *The Economics of Inequality*. Oxford University.
7. ATKINSON, A. B. (1989). *Poverty and Social Security*. Harvester Wheatsheaf.
8. BARRINGTON, J. More (1979). *Injustice*. Macmillan.
9. BRAVO, Nelson Saraiva (1963). *A cultura algodoeira na economia do norte de Moçambique*. Lisboa.
10. BURTON, Antony (1984). *The rise and fall of King Cotton*.
11. CAMPEBELL, Bonnie (1984). *Inside the miracle: cotton in the Ivory Coast*. In Jonathan Barker. *The Politics of agriculture in tropical Africa*. Sage Publications, London.
12. CASTEL BRANCO, Carlos Nuno (1995). *Opções Económicas de Moçambique, 19745 – 1995: Problemas, Lições e Ideias Alternativas*. In. *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Ed. Brazão Mazula, pp 613 – 632.

13. Centro de Estudos Africanos (1980). A transformação da agricultura familiar na província de Nampula: projecto de estudo sobre a produção do algodão na província de Nampula.
14. CHIAVENATO, Idalberto (1982). Administração de Empresas: uma abordagem contingencial. MacGraw-Hill. S. Paulo.
15. COMISSÃO SUL (1991). O Desafio ao Sul: Relatório da Comissão sul. Porto, ed. Afrontamento.
16. DEMO, Pedro (1987). Metodologia Científica em Ciências Sociais. Ed. Atlas.
17. FORTUNA, Carlos (1989). O fio da meada. Porto editora.
18. GIL, António Carlos (1995). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. Atlas, S. Paulo.
19. HABERMEIER, Kurt (1981). Algodão: das concentrações à produção colectiva . in Estudos Moçambicanos, 2, pp 37 – 58.
20. HAMPTON, D. (1991). Administração: processos, administrativos. MacGraw-Hill. S. Paulo.
21. LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Maria de Andrade (1992). Metodologia do Trabalho Científico. Ed. Atlas.
22. MADER/IAM (2001). Estudo do Subsector do algodão – Relatório final.
23. MAP (1995). Política Agrária e Estratégia de Implementação. Maputo. MAP.
24. MAP (1998). Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário – PROAGRI - 1998 – 2003.
25. MEILLASSOUX, C. (1972). From Reproduction to Production: a marxist approach to economic and anthropology . Economy and Society.
26. MPF (1999). Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) – 2000 – 2004. Maputo, MPF.
27. NEGRÃO, José (2001). Cem Anos da Economia da Família Rural Africana. Maputo, Campanha Terra.
28. O'BRIEN, M. (1981) The Politics of Reproduction. Routledge.

29. QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Lucvan (1992). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Ed. Gradiva
30. RATCLIFFE, B. (1980). Cotton imperialism. AHM
31. VALÁ, Salim Cripton (2003). A Problemática da Posse de Terra na Região Agrária de Chokwé, 1954 – 1995. Maputo, ed. Prómédia

**Anexos**

**ANEXO I - GUIÃO DE PERGUNTAS (FEITAS AOS CAMPONESES) – VERSÃO EM LÍNGUA *EMAKUA***

- 1 – Alukuttau anlimia mota xeni?
- 2 – Munira iyaka kavi mualimaka alukuttau?
- 3 – Va nto Mualimavale alukuttauala Munnakanharela?
- 4 – Etho xeni enuiranho mualimakavale enattelihany murima?
- 5 – Anky etho xeni enija uoxankihany mualimakanave?
- 6 – Munniroa uachociação?
- 7 – Matecnico auagricultura munivarana mutheco?

**ANEXO II - GUIÃO DE PERGUNTAS (FEITAS AOS CAMPONESES) – VERSÃO EM LÍNGUA PORTUGUÊSA**

- 1 – Quais são os produtos que mais produz na machambas?
- 2 – Como é que produz o algodão?
- 3 – Qual tem sido o rendimento da produção do algodão depois da venda?
- 4 – Dos produtos que produz qual deles é que é da sua preferência?
- 5 – Que dificuldades enfrenta na produção do algodão?
- 6 – Está filiado em alguma associação?
- 7 – Recebe assistência dos técnicos de extensão rural?



### **ANEXO III - GUIÃO DE PERGUNTAS A AGENTES GOVERNAMENTAIS**

- 1 – Qual é o balanço que faz sobre a segurança alimentar?
- 2 – Em relação à cultura do algodão: como é que é feita e qual é a análise que faz sobre a produção desta cultura ao nível do distrito?
- 3 – Como classifica a relação entre as companhias concessionárias e os camponeses?
- 4 – Em que actividades estão envolvidas as concessionárias diferentes do fomento do algodão?

**ANEXO IV – LISTA DOS ENTREVISTADOS**

<b>Nome</b>	<b>Data</b>
1. Adelino João Dias	04/03/04
2. Adelino Sabonete	11/03/04
3. Almerino Namarocolo	05/03/04
4. Amina Ali	05/03/04
5. Amina Ernesto	09/03/04
6. Cabo Muahua (chefe tradicional)	11/03/04
7. Calisto das Neves	08/03/04
8. César Xavier	08/03/04
9. Emílio Ernesto	04/03/04
10. Eugénio António	04/03/04
11. Fasbé Mussa	08/03/04
12. Felismina Muaparatho	11/03/04
13. Halima Issufo	09/03/04
14. Halima Momade	09/03/04
15. Joaquim A. Momade (a. comunitária)	04/03/04
16. Luciano Mário	11/03/04
17. Mário Cebola	03/03/04
18. Paulino Diamantino Manuel	03/03/04
19. Paulino Mário	03/03/04
20. Pedro Muhalaneque	04/03/04
21. Rapulana Calipue	05/03/04
22. Rita Baptista	05/03/04
23. Rosária Saíde	03/03/04
24. Rufino José Parte	9/03/04
25. Sebastião Vahocha	11/03/04
Silvestre João	05/03/04

### TÉCNICOS DE EXTENSÃO RURAL ENTREVISTADOS

Nome	Data
Abudo Ali	08/03/04
Momade Ernesto	03/03/04
Lucas Muirajai	12/03/04
Alvaro Calisto	09/03/04

### AGENTES GOVERNAMENTAIS ENTREVISTADOS

NOME	DATA
João Duarte João (Eng. Agrónomo)	18/03/04
Gabriel Paposseco (Eng. Agrónomo)	09/03/04
José Pedro	08/04/04

## **ANEXO V – PERFIL DO DISTRITO DE MONAPO**

### **1. Aspectos gerais do distrito de Monapo**

#### **1.1 Localização geográfica**

O distrito de Monapo cobre uma extensão de 3.598 Km localiza-se na parte norte da província de Nampula, limita-se com os distritos de Nacaroa ao Norte, Mogingual ao Sul, Nacala-a-Velha e Mossuril a Este, Muecate e Meconta a Oeste.

#### **1.2 Relevo**

O relevo predominante no distrito é a planície. Esta ocupa extensas áreas do distrito, havendo no entanto, pequenas elevações que variam entre 200 a 300m de altitude. O clima que predomina no distrito de Monapo é o clima tropical húmido o qual possui duas estações: seca, de Abril a Setembro; chuvosa, de Outubro a Março.

#### **1.3 Divisão Administrativa**

Em termos de divisão administrativa o distrito possui três postos Administrativos: Posto administrativo de Monapo (cujo nome coincide com o do Distrito e cuja área coincide com a área do município do mesmo nome), Posto Administrativo de Netia e Posto Administrativo de Itoculo. Destes três postos administrativos o mais produtivo é o de Netia , seguido pelo Posto Administrativo de Itoculo e o Posto Administrativo de Monapo ocupa o último lugar.

#### **1.4 População**

A população encontra-se desigualmente distribuída pelo território do Distrito: o Município de Monapo é o mais habitado, com 76.976 habitantes, seguindo-se-lhe o posto

Administrativo de Netia com 65.281 habitantes, e por fim o de Itoculo com 54.114 habitantes.

### **1.5 Aspectos pedológicos e Hidrogáficos**

O distrito apresenta uma vasta gama de potencialidades naturais e sócio-económicas bastante promissoras para o desenvolvimento económico e social: possui solos com aptidões para diversas culturas em conformidade com as características ecológicas e climatéricas que fornecem uma grande diversidade pedológica, uma vasta rede hidrográfica, com rios que fertilizam as suas margens propícias para o cultivo de hortícolas e que podem ser utilizadas para a irrigação dos campos agrícolas, para construção de represas e para minimização das carências de água no período seco. Em termos gerais as terras do distrito de Monapo são férteis. Porém as terras mais férteis localizam-se no posto Administrativo de Netia e no posto Administrativo de Itoculo.

### **1.6 Aspectos Faunísticos**

O Distrito possui também abundantes e variados recursos florestais disseminados pelo território que, com uma exploração racional, podem contribuir para o desenvolvimento do mesmo; possui recursos faunísticos diversificados, principalmente a sul do distrito; regiões com solos pouco trabalhosos em termos de reabilitação ou construção de estradas, como são os casos do nordeste e noroeste, e registam-se ocorrências comprovadas de recursos minerais nas regiões centro e norte.

### **1.7 Actividades Económicas**

A agricultura é a principal actividade económica do distrito. Ela ocupa 85% da população activa, e é realizada por três sectores: familiar, misto, empresarial. O sector familiar cultiva diversas culturas e contribui com mais de 90% do volume da produção anual total.

A base alimentar da população é a mandioca. Porém, para além da mandioca que é a base alimentar a população dedica-se à produção de outras culturas alimentares das quais são de destacar o milho, a mapira, o arroz, feijões e amendoim. Mas a população não se dedica apenas as culturas alimentares: pratica também culturas de rendimento como são os casos de algodão, girassol, gergelim, entre outras. Das culturas de rendimento praticadas pelos camponeses o algodão ocupa lugar de destaque.

## ANEXO VI – ASPECTOS GERAIS DA CULTUR DO ALGODÃO

O algodoeiro é uma planta que pertence à família das *malváceas*. O seu porte varia em função da espécie e dentro da mesma espécie, em função das condições ecológicas e climatéricas. Muito sensível às condições climatéricas, o algodoeiro desenvolve-se melhor em regiões onde predomina o clima quente e húmido, não quer água em excesso, principalmente nos primeiros dias de vida e também a partir da floração até ao fim da colheita. A falta ou excesso tanto de calor como de água ou das chuvas afectam de forma negativa o normal desenvolvimento do algodoeiro.

Assim, o algodoeiro desenvolve-se melhor em solos ligeiramente férteis, profundos, silico-argilosos ou argilo-siliciosos. Em solos bastante férteis, a planta do algodão desenvolve-se bastante e, geralmente, o fruto apresenta sementes maiores, com elevado teor de óleos e menor quantidade de Algodão.

Os principais produtos do algodoeiro são o algodão e a semente. No entanto, como a planta é muito rica em celulose é também usada para o fabrico de pasta celulósica e para extracção de óleos. A raiz do algodoeiro pode ser usada para infusões diárias.

Dos produtos principais do algodoeiro o algodão ocupa lugar de destaque. De facto, o algodão é considerado um produto têxtil por excelência, para além de poder ser usado em outras aplicações, dadas as suas óptimas qualidades de resistência, aderência e elasticidade, que permitem o fabrico de fios e de tecidos maleáveis, sólidos, resistentes a água e ao calor, com apreciável capacidade de absorver líquidos e boa receptibilidade de corantes.

Os tecidos de algodão absorvem facilmente a humidade e evaporam-na também com facilidade; são quentes e frios, simultaneamente, o que os tornam bons tanto no tempo de inverno como no tempo de verão.

Quando é colhido, o algodão permanece agarrado à semente e designa-se por *algodão-caroco*. Para ser aplicado precisa de ser separado da semente, operação que se executa na indústria de descaroçamento.

O processo de descaroçamento consiste primeiro em submeter o algodão-caroco à uma operação de limpeza para lhe retirar a terra, folhas e outras impurezas. De seguida é levado para as máquinas de descaroçamento cujo princípio fundamental consiste em fazer passar o algodão-caroco por duas superfícies ásperas, geralmente formadas por serras metálicas, que arrastam o algodão e o separam das sementes indo para um lugar o algodão propriamente dito, designado por *algodão em rama* ou por *rama de algodão*, e para outro a sua semente.

Em algumas fábricas a rama é submetida a nova operação de limpeza, noutras vai logo para as prensas a fim de ser enfardado determinada pressão ou densidade.

Os fardos de algodão em rama podem ter vários formatos e pesos. Porém, o tipo normal do fardo de algodão tem o formato de um paralelepípedo e pesa 216,82kg. Este fardo é designado por *standart international*. A maior parte do algodão produzido no mundo destina-se à indústria têxtil.

A semente do algodoeiro<sup>14</sup> é constituída, essencialmente pelo caroco<sup>15</sup> contendo a amêndoa protegida por uma película fina. Conforme a espécie, a semente do algodoeiro, depois de separada do algodão, fica fina, nua ou revestida de pequenas fibras celulósicas. A grande maioria dos algodoeiros cultivados apresentam estas fibras, que tem uma constituição idêntica do algodão<sup>16</sup>. Estas fibras são designadas por linter ou pelugem. Do

---

<sup>14</sup> A semente do algodoeiro é também designada por semente do algodão.

<sup>15</sup> O caroco é formado por uma casca dura.

<sup>16</sup> Em sentido lato as fibras que cobrem a semente do algodão são designadas por algodão. Mas em conformidade com a terminologia industrial designa-se algodão o conjunto das fibras maiores que são separadas pelas máquinas de descaroçamento.



linter podem ser obtidos, industrialmente, subprodutos como são os casos de óleos, bagaço e casca que tem várias aplicações.

Dependendo da espécie e variedade, a capacidade de extracção de subprodutos varia não somente em função da variedade como também com a forma como a planta se desenvolveu e ainda com o estado de conservação da semente. Por isso estabeleceu-se um padrão que é usado como base para a comercialização da semente. Esta base designa-se por *grau 100*.

A casca integral da semente do algodão pode ser usada como adubo, e quando triturada ou misturada com farinha, pode ser usada para alimento de gado ou de aves de capoeira. O óleo cru utiliza-se no fabrico de sabões. No entanto a maior parte da produção mundial do óleo a partir da semente do algodão é consumida na alimentação humana sob a forma de óleo refinado.

Os ácidos gordos extraídos pela refinação, os resíduos e os óleos de má qualidade são usados para o fabrico de sabões, glicerina, linóleos, tintas, vernizes, entre outros produtos.

**ANEXO VII – FASES HISTÓRICAS DA CULTURA DO ALGODÃO EM MOÇAMBIQUE**

<b>Tipo de Produção</b>	<b>Produção Nacional (toneladas)</b>	<b>Obs.</b>
Dispersa (1926 – 1944)	Min. 2.000 (1932) Máx. 70.200 (1942)	S.F. 100%
Em Blocos (1945 – 1953)	Min. 54.500 (1945) Máx. 125.400 (1953)	S.F. 100%
Concentrações Algodoeiras (1954 – 1969)	Min. 65.500 (1956) Máx. 140.800 (1960)	S.F. 95% S.P. 5%
Fim das Concentrações (1969 – 1975)	Min. 50.900 (1975) Máx. 144.100 (1973)	S.F. 45% S.P. 55%
Período de transição (1974 – 1977)	Min. 36.800 (1976) Máx. 52.900 (1977)	S.F. 58% S.P. 36% S.E. 6%
Consolidação das empresas estatais (1878 – 1983)	Min. 24.800 (1983) Máx. 73.600 (1981)	S.F. 54% S.P. 9% S.E. 37%
Relançamento do Sector Familiar (1984 – 1987)	Min. 5.200 (1985) Máx. 30.000 (1984)	S.F. 52% S.P. 8% S.E. 40%
Reestruturação das empresas estatais (1987 – 1990)	Min. 19.000 (1988) Máx. 30.600 (1990)	S.F. 44% S.P. 12% S.E. 12% S.M. 31%
Concessões Algodoeiras (1991 – 2001)	Min. 34.600 (1992) Máx. 116.700 (1999)	S.F. 88% S.P. 10% S.M. 2%
Concessões Cerradas (zoneamento) – desde 2002	Min. 54.144 (2003) Máx.	

S.F. = Sector Familiar; S. P. = Sector Privado. S.E. Sector Estatal. S.M. Sector Misto  
(Fonte: Instituto do Algodão de Moçambique)

